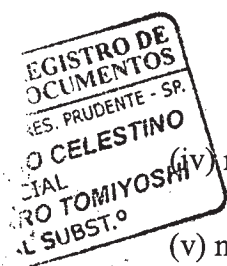


- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais;
- (x) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (xii) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório;
 - (iii) na CVM;



(iv) na sede do Coordenador Líder; e

(v) na CETIP.

- (n) publicar, em conjunto com a Emissora e às expensas desta, no órgão da imprensa estabelecido nesta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) à CETIP;
 - (iii) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e
 - (iv) à Emissora;
- (r) intimar a Emissora a reforçar a Garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;



acompanhar o cálculo elaborado diariamente pela Companhia do Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures e disponibilizá-lo aos Debenturistas e demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu site www.pentagonotrustee.com.br; e

- (t) acompanhar, em conjunto com a Emissora, com o Banco Liquidante e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

7.3.2. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao disposto nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

7.4. Atribuições Específicas

7.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação brasileira aplicável; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando,



...em, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da mesma Cláusula.

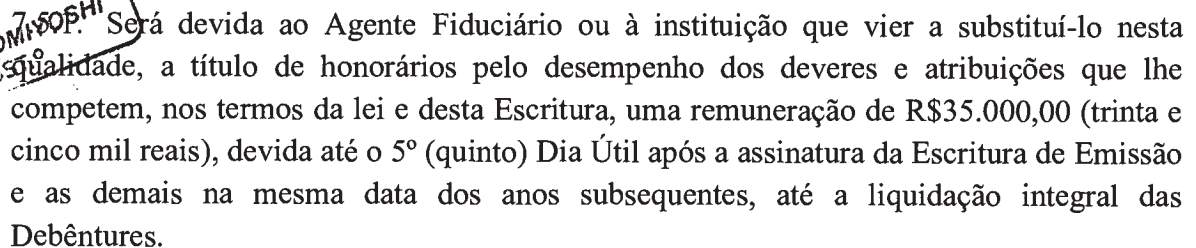
7.4.3. O Agente Fiduciário responderá perante a Emissora e os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções, conforme decisão transitada em julgado da qual não cabe mais recursos.

7.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se aos termos desta Escritura, ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.4.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.4.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.5. Remuneração



7.5.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.5.5. Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, alimentação, transportes, estadas, publicações, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, notificações, extração de certidões, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas. Essas despesas, se necessárias, deverão ser devidamente comprovadas, bem como, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "M". It consists of two loops followed by a vertical stroke extending downwards.



despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

7.5.7. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação da Companhia, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.4. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

8.1.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação

ATRO DE
MENTOS
DENTE - SP.
ESTINO

somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

8.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.7. As deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

8.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.9. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, exceto por pessoas que tenham sido especialmente convocadas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente notariados, consularizados e contendo a devida tradução juramentada.

8.1.10. Somente será admitido, em qualquer hipótese, o voto em deliberações no âmbito de Assembleia Geral de Debenturistas, proferido por Debenturista que seja titular de Debêntures em Circulação, ou seus mandatários e/ou procuradores com poderes para tanto.

8.2.Quórum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa (sendo que, neste caso, a Emissora poderá participar e

M



discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos), a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.3.Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou àquele que for designado pela CVM.

8.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.4.Quórum de Deliberação

8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.4.2. As alterações (i) na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas hipóteses de vencimento antecipado (inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário de um Evento de Inadimplemento), bem como alterações a qualquer quórum de deliberação previsto nesta Escritura deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) relativas às Garantias outorgadas no âmbito da Emissão deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 4.25.2 acima.

8.4.3. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.4. deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;



não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

(j) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e

(k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

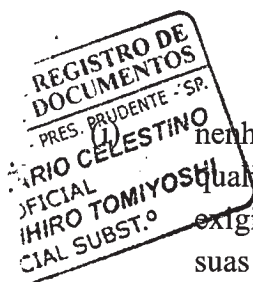
9.2. Declarações e Garantias da Emissora e das Fiadoras

9.2.1. A Emissora e cada uma das Fiadoras declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas que:

- (a) exceto pelos Fiadores Pessoas Físicas, é uma sociedade por ações ou sociedade limitada, conforme o caso, devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia de capital fechado ou sociedade de responsabilidade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras, e foi devidamente constituída, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto, inclusive, conforme o caso, para fins de obtenção da outorga uxória para prestação das Fianças pelas Fiadoras de que trata o Artigo 1.647 do Código Civil, conforme previsto na Cláusula 4.23.11 acima, e, tendo em vista que a realização da Emissão e a constituição das Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora ou pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador para a realização da Emissão ou para a constituição das Garantias;
- (c) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou as Fiadoras, conforme o caso, seja parte, nem irá resultar em: (i) em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pelas Fiadoras, suas respectivas controladas ou por qualquer dos



- acionistas diretos da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, perante terceiros estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou das Fiadoras ou suas respectivas controladas, conforme o caso, exceto com relação ao ônus ou gravame decorrente dos Contratos de Garantia; (iii) não infringem qualquer disposição legal; (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, as Fiadoras ou as suas respectivas controladas ou qualquer dos acionistas diretos da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Fiadoras, ou suas respectivas controladas, conforme o caso, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (d) esta Escritura, as obrigações previstas aqui e nos demais documentos da Oferta, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, ressalvado que a execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação ou liquidação, ou leis similares, afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a Emissora, as Fiadoras e as suas controladas (exceto em relação às Sociedades dos Fiadores Pessoas Físicas), conforme aplicável, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto em relação àquelas sujeitas a questionamento de boa-fé nas esferas competentes;
- (f) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, nas Fiadoras Pessoas Jurídicas ou suas respectivas controladas, conforme o caso, na respectiva condição financeira de cada uma;
- (g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;



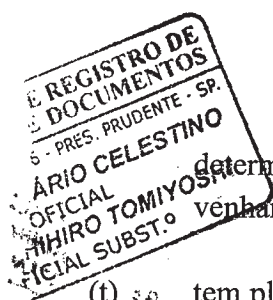
nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme o caso, de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, exceto o arquivamento da Ata da AGE na JUCESP e respectiva publicação, arquivamento da Escritura na JUCESP e registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP 21 e conforme previsto nos Contratos de Garantia;

- (j) a Emissora, as Fiadoras Pessoas Jurídicas e as suas respectivas controladas tem todas as autorizações e licenças, incluindo, mas não se limitando a ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que são relevantes para a condução e o exercício de suas atividades, de acordo com as leis aplicáveis;
- (k) possuem todas as autorizações regulatórias necessárias para a condução das atividades de radiodifusão sonora e de imagem;
- (l) os seus representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (m) as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas, datadas de 31 de dezembro de 2014, bem como aquelas referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2015, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora ou as Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, assim como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso;



está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução das atividades de mídia e radiodifusão sonora e de imagem;

- (o) não omitiu nenhum fato de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora ou das Fiadoras em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) cada uma da Emissora e das Fiadoras Pessoas Jurídicas preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora ou pelas Fiadoras Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àqueles sujeitos a questionamento de boa-fé nas esferas competentes;
- (q) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possui todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da cessão fiduciária decorrente dos Contratos de Garantia, observado os ônus existentes sobre os imóveis listados e descritos no Anexo III e a ressalva no item (q) abaixo;
- (r) os Contratos de Garantia, quando cumpridos os requisitos de registros perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, constituirão obrigação legal, válida e vinculativa, podendo ser executado contra si de acordo com seus termos;
- (s) exceto com relação as Sociedades dos Fiadores Pessoas Física, está cumprindo rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, na medida em que lhes são aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão e procedendo a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às



- determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou a regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
 - (u) a Emissora tem conhecimento de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
 - (v) a Emissora e as Fiadoras Pessoas Jurídicas mantém e manterão os seus bens adequadamente segurados, conforme a regulamentação aplicável e as práticas utilizadas em seu setor de atuação;
 - (w) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
 - (x) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detido, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme o caso, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - (y) observam, cumprem e/ou fazem cumprir, por si, e por suas coligadas, controladas, Fiadoras Pessoas Físicas e seus representantes da Rede Bandeirantes toda e qualquer disposição constante da Lei Anticorrupção, bem como abstêm-se de praticar quaisquer das condutas indevidas definidas em tais atos normativos; e
 - (z) as Fiadoras declaram que receberam cópia da minuta do Contrato de Distribuição e que estão cientes de seus termos e condições, em especial no que se refere à Cláusula X do referido Contrato de Distribuição.

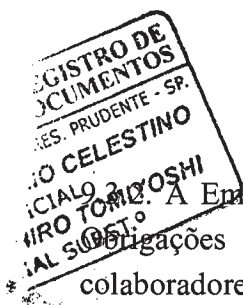
9.2.2. A Emissora e cada uma das Fiadoras obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, após tomar conhecimento de que qualquer das declarações prestadas



Escritura torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

9.3. Compromisso Anticorrupção. A Emissora e as Fiadoras declaram e garantem, neste ato, que, até a presente data, nem a Emissora, nem as Fiadoras e nem quaisquer sociedades da Rede Bandeirantes, seus diretores ou membros de conselho de administração (“Representantes”) incorreu nas seguintes hipóteses, bem como tomaram ciência de que a Emissora e as sociedades da Rede Bandeirantes, bem como seus respectivos Representantes: (a) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora e das Fiadoras para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer das Leis Anticorrupção; e (f) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido.

9.3.1. A Emissora e as Fiadoras declaram, ainda, ter conduzido seus negócios da Rede Bandeirantes em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como ter instituído e mantido, bem como se obriga a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso ora assumidos (conjuntamente denominadas “Obrigações Anticorrupção”). A Emissora e as Fiadoras deverão informar em até 1 (um) Dia Útil, por escrito, ao Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora e pelas Fiadoras, em qualquer sociedade da Rede Bandeirantes. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até o término desta Oferta.



A Emissora e as Fiadoras obrigam-se ainda a: (a) sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção; (b) envidar os melhores esforços para monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta ou em nome dos Coordenadores para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção; e (c) deixar claro em todas as suas transações com os Coordenadores que estes exigem cumprimento às Obrigações Anticorrupção.

CLÁUSULA X COMUNICAÇÕES

10.1. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 9.2 abaixo.

10.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

Endereço: Rua Carlos Cyrillo Júnior, nº 92 – Jardim Leonor – São Paulo/SP

CEP: 05614-000

At.: Alessandra Mara Coelho Ribeiro

Telefone: 3131-4208

e-mail: amribeiro@band.com.br

(b) Para qualquer das Fiadoras:

Endereço: Rua Carlos Cyrillo Júnior, nº 92 – Jardim Leonor – São Paulo/SP

CEP: 05614-000

At.: Alessandra Mara Coelho Ribeiro

Telefone: 3131-4208



mail: ansh@band.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Endereço: Avenidas das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(d) Para o Banco Liquidante e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco – SP

CEP 06029-900

At.: Sr. Douglas Marcos da Cruz

Telefone: (11) 3684-7691

Fax: (11) 3684-2811

e-mail: 4010.douglas@bradesco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº. 230, 11º andar

CEP: 20031-170, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/ 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar

CEP: 01452-001, São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br



A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

M



CLÁUSULA XI CUSTOS DE REGISTRO

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados à esta Emissão e dos Contratos de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

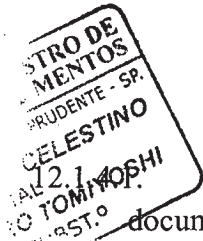
12.1. Renúncia: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.1.1. Independência das Cláusulas: Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.1.2. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica: A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do disposto nos artigos 461, 585, incisos I e II, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes desta Escritura e das Debêntures.

12.1.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade: A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.1.4. Alteração: Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, com a celebração de aditamento à essa Escritura, em instrumento próprio assinado por todas as Partes, e regularmente registrado nos órgãos competentes.



As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.1.5. Despesas. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures bem como da constituição e da excussão das garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador, dos assessores legais e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.1.6. Lei Aplicável: Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil

12.1.7. Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 35 (trinta e cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, 11 de novembro de 2015.


[Restante da página intencionalmente deixada em branco]



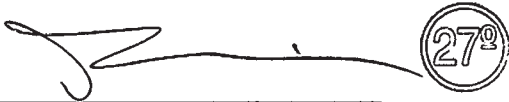
(Página de Assinatura (1/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015).

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.



Nome: João Carlos Saad
Cargo: Diretor
RG nº: 3.469.968 SSP/SP


Nome: Frederico Nogueira e Silva
Cargo: Procurador
RG nº: 1.267.968 SSP/PA

RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA.


Nome: Frederico Nogueira e Silva
Cargo: Procurador
RG nº: 1.267.968 SSP/PA

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA.


Nome: Frederico Nogueira e Silva
Cargo: Procurador
RG nº: 1.267.968 SSP/PA

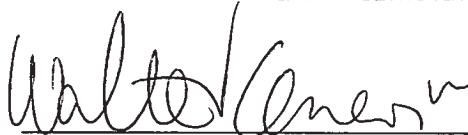



A

DE
TOS
E. SP.
FINO
SHI

(Página de Assinatura (2/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA.

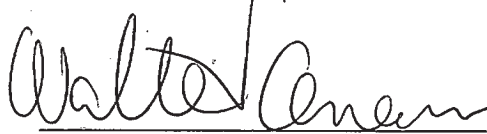

 

Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Procurador

RG nº: 7.734.900 SSP/SP

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA.

Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Procurador

RG nº: 7.734.900 SSP/SP

TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA.

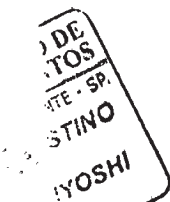
Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Procurador

RG nº: 1.267.968 SSP/PA



P



(Página de Assinatura (3/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Procurador

RG nº: 1.267.968 SSP/PA

ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Diretor

RG nº: 1.267.968 SSP/PA



Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Diretor

RG nº: 7.734.900 SSP/SP

PAGAMENTOS MÓVEIS S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Diretor

RG nº: 1.267.968 SSP/PA



Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Diretor



RG nº: 7.734.900 SSP/SP





(Página de Assinatura (4/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

BAND INTERNATIONAL LTD.



Nome: João Carlos Saad

Cargo: Diretor

RG nº: 3.469.968 SSP/SP

YELLOW-GREEN NETWORK LTD.



Nome: João Carlos Saad

Cargo: Diretor

RG nº: 3.469.968 SSP/SP


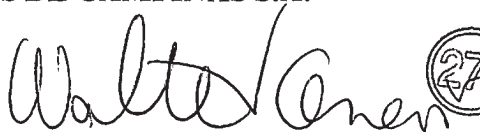
RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Procurador

RG nº: 1.267.968 SSP/PA



Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Procurador

RG nº: 7.734.900 SSP/SP

P



(Página de Assinatura (5/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

RÁDIO BANDEIRANTES DE CAMPOS DO JORDÃO LTDA.



Nome: Walter Vieira Ceneviva

Cargo: Procurador

RG nº: 7.734.900 SSP/SP

SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA.




Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Procurador

RG nº: 1.267.968 SSP/PA

KALUA COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva

Cargo: Procurador

RG nº: 1.267.968 SSP/PA



f



(Página de Assinatura (6/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

BAND OUTERNET S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva
Cargo: Diretor
RG nº: 1.267.968 SSP/PA



Nome: Walter Vieira Ceneviva
Cargo: Diretor
RG nº: 7.734.900 SSP/SP

RÁDIO STÉREO FM LAGOA SANTA LTDA.



Nome: Walter Vieira Ceneviva
Cargo: Procurador
RG nº: 7.734.900 SSP/SP

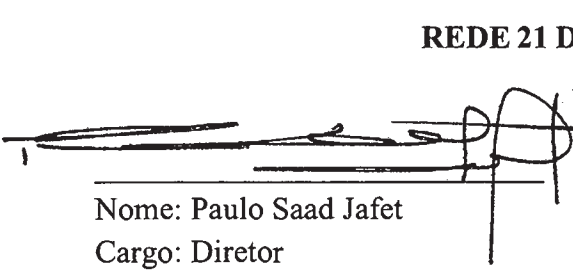
RÁDIO JORNAL DE SÃO PAULO LTDA.

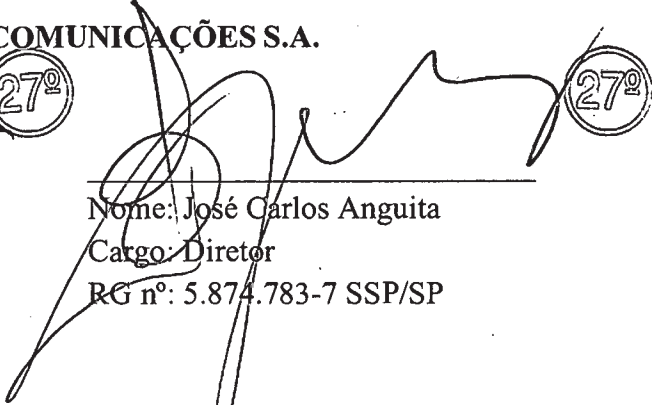


Nome: Walter Vieira Ceneviva
Cargo: Procurador
RG nº: 7.734.900 SSP/SP


Página de Assinatura (7/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)


REDE 21 DE COMUNICAÇÕES S.A.


Nome: Paulo Saad Jafet
Cargo: Diretor
RG nº: 3.476.521 SSP/SP

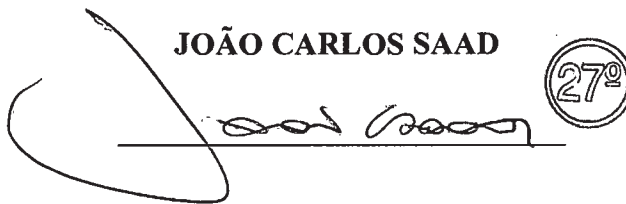

Nome: José Carlos Anguita
Cargo: Diretor
RG nº: 5.874.783-7 SSP/SP

BAURU RÁDIO CLUBE S.A.



Nome: Frederico Nogueira e Silva
Cargo: Procurador
RG nº: 1.267.968 SSP/PA


Nome: Walter Vieira Ceneviva
Cargo: Procurador
RG nº: 7.734.900 SSP/SP

JOÃO CARLOS SAAD


Nome: João Carlos Saad
Cargo: Diretor
RG nº: 3.476.521 SSP/SP

RICARDO DE BARROS SAAD


Nome: Ricardo de Barros Saad
Cargo: Diretor
RG nº: 3.476.521 SSP/SP



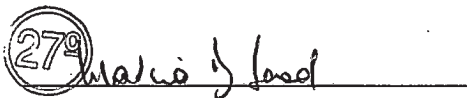


Postura de Assinatura (8/9) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., celebrada em 11 de novembro de 2015)

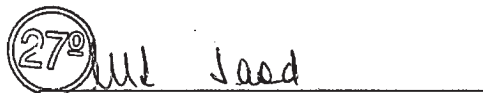
MARISA DE BARROS SAAD

 27º

MÁRCIA DE BARROS SAAD

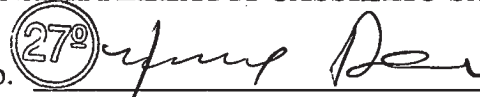
 27º

MARIA LEONOR BARROS SAAD

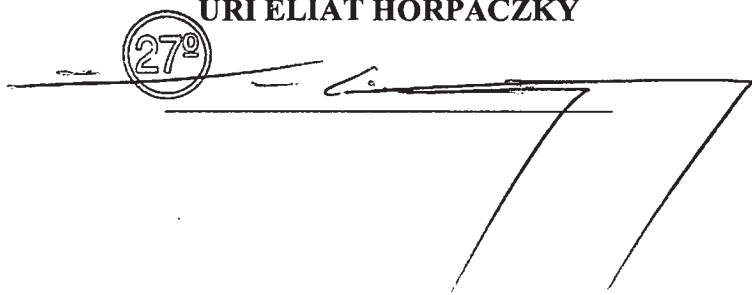
 27º

De acordo:

ROSANA APPEZZATTI CASSILLIO SAAD

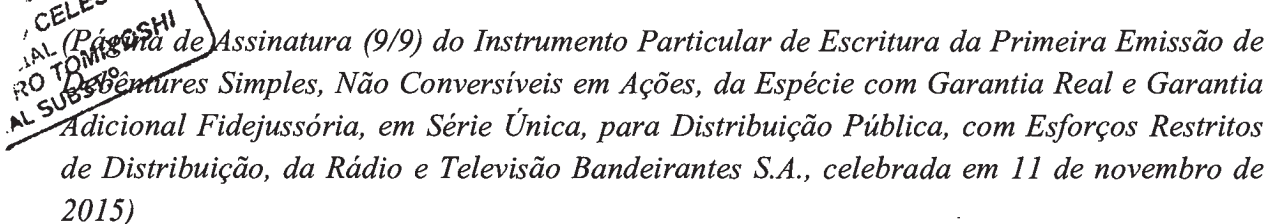

p.p. Nome: **Ricardo de Barros Saad**
RG nº: 470.388 SSP/SP

URI ELIAT HORPACZKY

 27º



A



Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora
RG nº: 36.914.112-X


TESTEMUNHAS

1. Marcelo Rosendo da Silva 

Nome: Marcelo Pamio Rosendo da Silva

RG nº: 44.844.528-1 SSP/SP

CPF nº: 384.974.058-70

2. Mariana Spaolonzi 
Nome: Mariana Spaolonzi Alves de Lima
RG nº: 32.325.392-1 SSP/SP
CPF nº: 311.677.818-30

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **AE327219**
ANA BEATRIZ MENDES RIBEIRO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 11/11/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade *[Assinatura]* R\$ 7,34
22151404941911 WALTER FERNANDO CACIATORI-8935/94

TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL

JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA
RUA CHAUVEZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001

reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: MARCELO FAMIO ROSENDO DA SILVA AE327279

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

São Paulo, 11/11/2015 Com valor econômico

Em testemunho da Verdade: ccce R\$ 7,34

27151426279711 WALDEMAR FERNANDO CACIATORI-8935/94

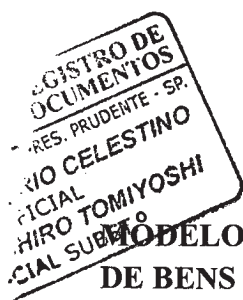
27- TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTEIHO FERREIRA
AV. SAO LUIZ, 99 - REPUBLICA - SAO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5000 - CEP 01046-001

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: AE339392
MARIANA SPACOLINZI ALVARES DE LIMA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sao Paulo, 11/11/2015 Com valor econômico
Em testemunho da Verdade R\$ 7,34
24151415553111 LUIS CARLOS FERREIRA 09/11/2015

27 - TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
JORGE AUGUSTO OLDAIR BOELHO FREIREIRA
AV. SÃO LUIZ, 59 - REPÚBLICA - SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5003 - CEP 01046-001



My



ANEXO I

Modelo do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis

MODELO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE BENS IMÓVEIS

O presente Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis (“Contrato”), datado de [●] de [●] de 2015, é celebrado entre:

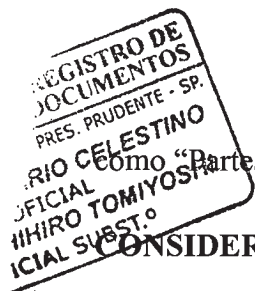
I. [PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL], sociedade [de responsabilidade limitada/por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)] com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na Rua [●], nº [●], [bairro], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº [●], neste ato representada de acordo com seu [Contrato/Estatuto Social] (“Fiduciante”);

II. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures simples da Emissora (conforme abaixo qualificada) (os “Debenturistas”), nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.*”, datado de [●] de [●] de 2015 (“Escritura”); e

E, ainda, como interveniente anuente:

III. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Radiantes, nº 13, Morumbi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.509.239/0001-13, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“Emissora”).

A Fiduciante e o Agente Fiduciário, quando considerados em conjunto são designados



Como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Emissora aprovou, em assembleia geral extraordinária, realizada em [●] (“AGE”), a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, sendo composta por 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada (“Debêntures”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Escritura que constitui parte integrante deste Contrato como Anexo A;
- (B) a Fiduciante é senhora e legítima proprietária dos imóveis descritos e caracterizados nos termos da Cláusula 2.1. abaixo;
- (C) a fim de assegurar o pontual, fiel e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão das Debêntures, nos termos da Escritura, incluindo principal, juros, inclusive de mora, multas, cláusula penal, comissões, tributos, bem como o ressarcimento dos valores despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a desembolsar por conta da execução da presente alienação fiduciária em garantia e das demais garantias constituídas em virtude da dívida decorrente da Escritura, a Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, deseja alienar fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os Imóveis (conforme definido na Cláusula 2.1. abaixo), nos termos deste Contrato;
- (D) a presente alienação fiduciária é constituída sem prejuízo de outras garantias constituídas ou a serem constituídas para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão; e
- (E) as Partes dispuseram do tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as cláusulas e condições constantes deste instrumento, cuja celebração é pautada pelos princípios da probidade e boa-fé.

ISTO POSTO, RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá



cláusulas a seguir estipuladas e demais disposições, contratuais e legais, e demais cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1.1. Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos iniciados em letra maiúscula aqui empregados e não definidos no presente instrumento terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura.

1.2. Para fins deste Contrato, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

2.1. Pelo presente Contrato, e em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento dos montantes definidos na Cláusula 2.1.1. abaixo (conforme vigente à época) das obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes da atualização monetária, dos juros, multas, penalidades e indenizações, incluindo, mas não se limitando, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão das Debêntures, as quais, para os fins do artigo 24 da Lei 9.514/1997, encontram-se devidamente descritas e caracterizadas no Anexo I ao presente instrumento (as “Obrigações Garantidas”), a Fiduciante, neste ato, aliena fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos imóveis descritos e caracterizados no Anexo II ao presente Contrato, conforme certidões das respectivas matrículas, as quais constituem parte do Anexo III do presente Contrato, nos termos da Lei nº 9.514/1997 (doravante, os “Imóveis”):

2.1.1. As Partes estabelecem ainda, de comum acordo, que cada alienação fiduciária de cada um dos Imóveis garante apenas uma parcela das Obrigações Garantidas, equivalente ao valor de cada um dos Imóveis determinado e descrito no Anexo II ao presente Contrato, como sendo o valor de mercado da propriedade dos Imóveis, conforme laudo de avaliação anexo (Anexo IV) ao presente Contrato (“Laudo de Avaliação”).

[No caso de Imóveis em relação aos quais a reavaliação é obrigatória, nos



termos da Escritura:

2.1.2. Fica ajustado entre as Partes que a Fiduciante deverá, a cada 24 (vinte e quatro) meses contados da presente data, independentemente de qualquer comunicação ou providência dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, às exclusivas expensas da Fiduciante, apresentar laudo de reavaliação do valor informado pela Fiduciante no Laudo de Avaliação dos imóveis indicados no Anexo VII, conforme Cláusula 2.1.1 acima, elaborado por empresa especializada, dentre as empresas indicadas no Anexo V ao presente Contrato, que, nesta data, são idôneas, independentes, sem qualquer vinculação societária com as Partes, devidamente certificadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura competente, observado que o segundo laudo de reavaliação dos imóveis indicados no Anexo VII, deverá ser realizado entre 40 (quarenta) e até 42 (quarenta e dois) meses da presente data, não se alterando o compromisso referente às demais reavaliações ("Laudo de Reavaliação"). Após a conclusão da reavaliação, o percentual das Obrigações Garantidas garantida por cada um dos Imóveis alienados fiduciariamente em garantia, conforme indicados no Anexo II ao presente Contrato, restará alterado de pleno direito, para refletir o valor obtido na reavaliação, comprometendo-se as Partes a celebrar aditamento e qualquer outro documento necessário, visando o registro perante o Cartório de Registro de Imóvel competente, qual seja [a ser preenchido de acordo com o Imóvel] ("Cartório de Registro de Imóvel Competente"), na forma do modelo de aditamento indicado no Anexo VIII. O Laudo de Reavaliação deverá ser encaminhado pela Fiduciante ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento do mesmo pela Fiduciante.]

2.1.2.1 Caso a Fiduciante deseje contratar outra empresa especializada para fins de elaboração do Laudo de Reavaliação que não aquelas indicadas no Anexo V ao presente Contrato, deverá convocar assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Escritura, para que deliberem acerca de tal substituição.

2.1.2.2 Caso a Fiduciante não proceda com a escolha da empresa e conclusão do Laudo de Reavaliação, nos termos e dentro do prazo estipulado na Cláusula 2.1.2 acima, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, submeterá a escolha da empresa especializada responsável por providenciar referido Laudo de Reavaliação à assembleia geral de Debenturistas, e, a qual será sempre contratada às exclusivas expensas da Fiduciante e, sendo o valor resultante de referido laudo o vigente para todos os fins de direito do presente instrumento, comprometendo-se a Fiduciante a celebrar aditamento e qualquer outro documento necessário visando o registro perante o Cartório de Registro de Imóvel Competente.]

[No caso de Imóveis em relação aos quais a reavaliação não é obrigatória,



nos termos da Escritura:

2.1.2. Fica ajustado entre as Partes que a Fiduciante poderá, independentemente de qualquer comunicação ou providência dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, escolher empresa especializada, dentre as empresas indicadas no Anexo V ao presente Contrato, que são idôneas, independentes, sem qualquer vinculação societária com as Partes, devidamente certificadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura competente, para os serviços de reavaliação dos imóveis indicados no Anexo II ao presente Contrato, para providenciar, às expensas da Fiduciante, laudo de reavaliação do valor informado pela Fiduciante no Laudo de Avaliação, conforme Cláusula 2.1.1 acima. Referido laudo deverá ser enviado ao Agente Fiduciário para ciência em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento do mesmo pela Fiduciante.]

2.1.3. A Fiduciante poderá realizar nova avaliação dos Imóveis, nos termos da Cláusula 2.1.2 acima, a seu critério.

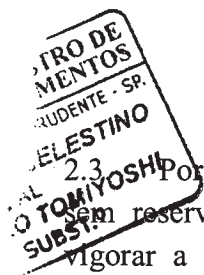
2.1.4. A presente alienação fiduciária abrange os Imóveis e todas as acessões, melhoramentos, benfeitorias, construções e instalações neles já realizadas ou que venham a ser realizadas, vigorando até o completo adimplemento das Obrigações Garantidas.

2.2. A transferência da propriedade fiduciária dos Imóveis, na forma da Cláusula 2.1 acima, operar-se-á mediante o registro da presente alienação fiduciária de imóveis no Cartório de Registro de Imóveis Competente, observado o disposto na Cláusula Terceira abaixo, e subsistirá até a efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

2.2.1. Após o integral cumprimento e liquidação das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário fornecerá à Fiduciante o respectivo termo de quitação, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de solicitação pela Emissora, para apresentação ao Oficial de Registro de Imóveis competente, visando o cancelamento do registro da propriedade fiduciária do respectivo imóvel, às custas da Fiduciante.

2.2.2. À vista de referido termo de quitação, será averbado o cancelamento do registro da propriedade fiduciária, consolidando na pessoa da Fiduciante a plena titularidade dos Imóveis.

2.2.3. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que o cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa em exoneração correspondente da garantia fiduciária ora estabelecida e/ou em extinção das Obrigações Garantidas.



Por força deste Contrato, a Fiduciante cede e transfere ao Agente Fiduciário, sem reservas, a propriedade fiduciária e a posse indireta dos Imóveis, enquanto vigorar a presente alienação fiduciária, reservando a posse direta em seu nome, assegurando, enquanto adimplente, a livre utilização dos Imóveis nos termos do inciso V do Artigo 24 da Lei nº 9.514/1997, observando que, na qualidade de possuidora direta dos Imóveis, obriga-se a Fiduciante a mantê-los em perfeito estado de conservação e segurança, indenes de penhoras ou quaisquer ônus, gravames e/ou restrições [(exceto por [servidões e outras restrições de uso, que não sejam garantias reais ou constrições judiciais em garantias ao cumprimento de obrigações de pagamento, a serem detalhadas caso a caso]]] durante todo o prazo de vigência do presente Contrato, bem como a fazer às suas custas, as obras e reparos necessários para a preservação e manutenção do valor dos Imóveis. Para constatação do exato cumprimento desta cláusula, fica assegurada ao Agente Fiduciário, mediante comunicação expressa nesse sentido a ser enviada à Fiduciante com antecedência de 5 (cinco) dias, a faculdade de, a qualquer tempo, vistoriar os Imóveis, por meio de contratação de empresa para tal finalidade e às expensas da Fiduciante, mediante solicitação dos Debenturistas, em sede de assembleia geral de Debenturistas.

2.4. As Partes autorizam e requerem, desde já, que o Oficial de Registro de Imóveis competente proceda a todos os registros e averbações necessários à formalização presente alienação fiduciária, isentando-o de qualquer responsabilidade pelo devido cumprimento do disposto neste Contrato.

2.5. A Fiduciante, neste ato, entrega ao Agente Fiduciário as seguintes certidões e documentos, que, juntamente com aquelas previstas na Cláusula 2.1 acima, constituem o Anexo III ao presente Contrato e deverão ser consideradas, para todos os efeitos legais, partes integrantes do mesmo:

- a) Certidões de inteiro teor atualizadas das matrículas dos Imóveis, emitidas pelos Competentes Cartórios de Registro de Imóveis;
- b) Certidão de Débitos relativos à Dívida Ativa da União, abrangendo a quitação das contribuições previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Estatuto ou Contrato Social, conforme aplicável, da Fiduciante e alterações posteriores;



d) Certidão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS da Fiduciante;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Fiduciante; e

f) Certidões Negativas de Imposto Territorial Urbano (CND/IPTU) dos Imóveis, expedidas pela respectiva Prefeitura e/ou Certidão Negativa de Imposto Territorial (CND/ITR) emitida pela Receita Federal, além de CCIR e certidão do IBAMA, quando se tratar de Imóvel rural, emitidos pelos órgãos governamentais competentes.

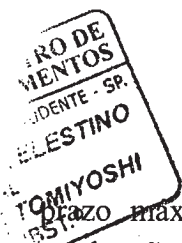
2.6. A relação de certidões e documentos acima poderá ser complementada, a depender da confirmação do Cartório de Registro de Imóveis Competente, bem como documentação exigida por este para registro do presente Contrato, comprometendo-se a Fiduciante e a Emissora, quando aplicável, a fornecerem e firmarem todos e quaisquer documentos exigidos pelo Cartório de Registro de Imóveis Competente visando referido registro, sob pena de vencimento antecipado da presente garantia.

2.7. Considerando a alienação fiduciária em garantia acima pactuada, a Fiduciante não poderá constituir quaisquer outros ônus, gravames ou restrições sobre os Imóveis, que, por tal razão, são insuscetíveis de penhora ou quaisquer outros ônus, gravames e restrições de qualquer natureza, visto que constituem patrimônio afetado, exclusivamente, ao presente Contrato, em benefício do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, exceto no caso de prévia e expressa anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGISTRO

3.1. A Fiduciante se obriga, às suas expensas, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ou de qualquer aditamento, a realizar a prenotação para registro do presente Contrato ou de qualquer aditamento no Cartório de Registro de Imóveis Competente.

3.2. A Fiduciante deverá encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) cópia digitalizada (PDF) do respectivo comprovante de prenotação do presente Contrato ou de qualquer aditamento no Cartório de Registro de Imóveis Competente, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da prenotação; (ii) via original do presente Contrato ou de qualquer aditamento, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis Competente, bem como as certidões de matrícula dos Imóveis evidenciando a constituição da alienação fiduciária em garantia sobre os Imóveis, no



prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da presente data ou da data de celebração do respectivo aditamento, conforme aplicável, sem prejuízo das disposições da Escritura de Emissão.

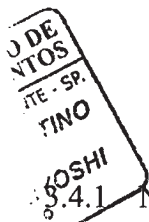
3.2.1. Exclusivamente na hipótese do Cartório de Registro de Imóveis Competente solicitar o cumprimento de quaisquer exigências ou de atrasos provocados pelo próprio Cartório de Registro de Imóveis Competente ou por quaisquer terceiros, sem que haja culpa da Fiduciante, o prazo mencionado no item (ii) da Cláusula 3.2 acima poderá ser prorrogado por 15 (quinze) dias corridos, mediante notificação a ser encaminhada ao Agente Fiduciário nesse sentido, exclusivamente para o cumprimento das referidas exigências e a exclusivo critério dos Debenturistas, devendo a Fiduciante manter o título prenotado durante todo o período de cumprimento das exigências.

3.2.2. Caso a Fiduciante não efetue o registro do presente Contrato ou de qualquer aditamento nos termos acima referidos, fica o Agente Fiduciário autorizado a proceder ao mencionado registro, devendo a Fiduciante arcar com todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para tanto, bem como cooperar com o fornecimento de quaisquer documentos e informações necessários, inclusive fornecendo procuração específica para tal finalidade, sem prejuízo de configurar um descumprimento de obrigação não pecuniária pela Fiduciante, nos termos da Escritura de Emissão.

3.2.3. Mediante o registro do presente Contrato no Cartório de Registro de Imóveis Competente, estará constituída a propriedade fiduciária dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Imóveis, efetivando-se o desdobramento da posse, tornando-se a Fiduciante possuidora direta e o Agente Fiduciário possuidora indireta dos Imóveis.

3.3. Caso os Imóveis sejam objeto de melhoramentos decorrentes de construção, com a instalação de benfeitorias (úteis, voluptuárias ou necessárias) (qualquer delas, simplesmente, doravante denominada “Modificação” e, no plural, “Modificações”), obriga-se, desde já, a Fiduciante a realizá-las em conformidade com a legislação aplicável, bem como a obter todas as licenças e autorizações necessárias, promover as necessárias averbações/registros junto ao Cartório de Registro de Imóveis Competente, bem como a arcar com todos os custos e despesas a elas referentes. Em qualquer hipótese, as referidas Modificações integrarão os Imóveis e o valor das mesmas integrará o valor dos Imóveis para fins de realização de leilão extrajudicial, conforme previsto na Cláusula Sexta abaixo.

3.4. Nos termos do disposto no parágrafo 4º do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, jamais haverá direito de retenção por benfeitorias, as quais ficam desde já autorizadas.



§ 4.1 Na hipótese de a propriedade dos Imóveis se consolidar em nome do Agente Fiduciário, a indenização por benfeitorias nunca será superior ao eventual saldo que sobejar, depois de deduzidos todo o saldo da dívida decorrente das Obrigações Garantidas e demais acréscimos legais, sendo que, não havendo a venda dos Imóveis no leilão, não haverá nenhum direito de indenização pelas benfeitorias.

3.5. Na forma do art. 38 da Lei nº. 9.514 de 20 de novembro de 1997, o presente Contrato é celebrado por instrumento particular com efeitos de escritura pública.

CLÁUSULA QUARTA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A Fiduciante declara e expressamente garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para todos os efeitos legais, que:

- a) é a justo título, legítima titular do domínio e da posse dos Imóveis ora cedidos em alienação fiduciária em garantia do pagamento das Obrigações Garantidas;
- b) os Imóveis estão completamente livres e desembaraçados de qualquer ônus real, pessoal ou fiscal, judicial ou extrajudicial, dívidas, arrestos, sequestros, penhoras, impostos ou taxas em atraso, ou ainda, restrições de qualquer natureza [(exceto por [servidões e outras restrições de uso, que não sejam garantias reais ou constrições judiciais em garantias ao cumprimento de obrigações de pagamento, a serem detalhadas caso a caso]]], que, de qualquer modo, possam afetar os Imóveis e o presente Contrato, com exceção da presente alienação fiduciária;
- c) apresentou as certidões de inteiro teor relativas aos Imóveis objetos do presente Contrato;
- d) não há nenhum ônus, penhora ou quaisquer gravames e restrições [(exceto por [servidões e outras restrições de uso, que não sejam garantias reais ou constrições judiciais em garantias ao cumprimento de obrigações de pagamento, a serem detalhadas caso a caso]]] sobre os Imóveis, ainda que não registrados nas respectivas matrículas, respondendo a Fiduciante pela evicção de direito na forma da lei;
- e) não há nenhum processo judicial ajuizado contra si, fundado em ações reais ou pessoais reipersecutórias, que, na presente data, possam por em risco os Imóveis ou a presente alienação fiduciária em garantia;



1) não existem gravames, ônus ou contingências que possam afetar de forma diversa a garantia prestada nos termos deste Contrato, exceto pelas servidões devidamente registradas na matrícula dos Imóveis, conforme aplicável;

g) inexistente qualquer projeto de desapropriação ou de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação e/ou ocupação temporária, e/ou tombamento objetivando, total ou parcialmente, os Imóveis;

h) é responsável por toda e qualquer atividade desenvolvida nos Imóveis, obrigando-se a manter o Agente Fiduciário e os Debenturistas isentos de qualquer responsabilidade com relação a qualquer prejuízo que o Agente Fiduciário ou os Debenturistas venham a sofrer em relação às atividades eventualmente desenvolvidas pela Fiduciante, incluindo custos, despesas e penalidades;

i) não pesam sobre os Imóveis, quaisquer pendências perante autoridade governamental, em especial quanto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, relacionada às construções existentes nos Imóveis e à legislação de uso e ocupação do solo, acesso viário, produção de relatório de impacto urbanístico e vizinhança, preservação do patrimônio urbano e histórico, segurança ao voo e saúde pública;

j) foi assessorada por consultorias legais e tem conhecimento e experiência em finanças e negócios, bem como em operações semelhantes a esta, suficientes para avaliar os riscos e o conteúdo deste negócio e são capazes de assumir tais obrigações, riscos e encargos;

k) não constituirá sobre os Imóveis quaisquer ônus, gravames ou restrições de natureza pessoal e/ou real, com exceção do disposto neste Contrato;

l) possui, sob responsabilidade civil e criminal, patrimônio suficiente para garantir eventuais obrigações de qualquer natureza, inclusive tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, regulamento ou por contrato;

m) não há contra os Imóveis questões ambientais e sociais incluindo, mas não se limitando a despejos de resíduos no ar, despejos de resíduos na água; depósito, despejo, conservação, armazenamento, tratamento, produção, transporte, manuseio, processamento, carregamento, fabricação, arrecadação, triagem ou presença de qualquer substância perigosa ou com potencial para contaminação ou que afetem a saúde e a segurança no trabalho, ou causem doença do trabalho, lesão do trabalho decorrente de fatores ambientais, problemas de saúde ambientais; conservação,



preservação ou proteção do ambiente natural ou dos organismos vivos; ou quaisquer outras questões de qualquer natureza relacionadas às questões humanas, de saúde, ambientais, sociais ou de saúde e segurança, sendo certo que qualquer das questões mencionadas nesta alínea que venha a surgir será prontamente sanada pela Fiduciante, de forma que os Imóveis não serão afetados;

n) não há quaisquer restrições ambientais que possam prejudicar o registro do presente instrumento, bem como sua eventual liquidação futura;

o) não há danos ambientais, restrições urbanísticas, sanitárias de acesso ou segurança nos Imóveis que afetem ou possam vir a afetar adversamente os Imóveis ou, ainda que indiretamente, o presente Contrato;

p) não há qualquer irregularidade nos documentos apresentados em conformidade com a Cláusula 2.5. acima que possa prejudicar o registro do presente instrumento, bem como sua eventual liquidação; e

q) não encontra-se em situação de insolvência e a celebração do presente contrato não constitui fraude à execução e/ou fraude a credor.

4.2. Adicionalmente, a Fiduciante declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas que:

a) é uma sociedade [por ações / limitada], devida e legalmente organizada, constituída e existente sob as leis brasileiras, e foi devidamente constituída, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

b) possui plena capacidade jurídica e legitimidade para celebrar e executar o presente Contrato em todos os seus termos e está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto, e, tendo em vista que a realização da Emissão e a constituição das garantias a serem outorgadas no âmbito da Emissão não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora ou pela Fiduciante, conforme o caso, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador para a realização da Emissão ou para a constituição da presente garantia;

BO DE
NTOS
TE - SP.
TINO

a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações que ora assume (i) não infringem ou violam seu estatuto ou contrato social, conforme aplicável; (ii) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiduciante ou a Emissora, conforme o caso, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiduciante ou a Emissora, conforme o caso, ou quaisquer de seus bens e propriedades; e (iv) nem irá resultar em: (x) vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Fiduciante ou pela Emissora, conforme o caso, perante terceiros estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Fiduciante ou da Emissora, conforme o caso, exceto com relação ao ônus decorrente da presente alienação fiduciária em garantia; e (z) não infringem qualquer disposição legal;

d) este Contrato, as obrigações previstas aqui, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiduciante e da Emissora, conforme o caso, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil de 1973 e artigo 784 do Código de Processo Civil de 2015;

e) conduz seus negócios e operações em cumprimento a todas as leis e regulamentos aplicáveis e está devidamente qualificada ou registrada para o exercício das suas atividades, exceto em relação àquelas sujeitas a questionamentos de boa-fé nas esferas competentes;

f) o presente Contrato é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível contra cada Parte, de acordo com os seus termos e condições;

g) a Fiduciante e a Emissora estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto em relação àqueles sujeitos à questionamentos de boa-fé nas esferas competentes;

h) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito; e





está apta a observar as disposições previstas neste Contrato e agirá em relação este com boa-fé, lealdade e probidade.

4.3. A Fiduciante se compromete a notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar de sua ciência, sobre qualquer alteração das declarações prestadas nas Cláusulas 4.1 e 4.2. acima que as torne inverídicas, imprecisas e/ou incorretas a qualquer tempo.

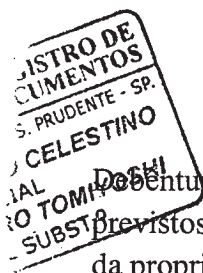
4.4. A Fiduciante se obriga a manter os Imóveis no mínimo em igual estado de conservação, segurança e utilização em que se encontram na presente data, salvo desgaste natural.

4.4.1. A Fiduciante obriga-se a informar por escrito ao Agente Fiduciário e, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar de sua ciência, a ocorrência de qualquer fato relevante com relação aos Imóveis que os afetem de forma adversa, bem como a defender os referidos Imóveis de todo e qualquer ato de esbulho ou turbção ou de qualquer evento que venha a provocar a sua desvalorização.

4.5. A Fiduciante somente poderá transmitir ou alienar os direitos de que é titular sobre os Imóveis, caso (i) permitido nos termos da Escritura ou seja obtida prévia e expressa anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e (ii) na hipótese do(s) imóvel(is) a ser(em) alienado(s) ter(em) valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que o terceiro adquirente do respectivo imóvel destine a totalidade dos recursos decorrentes de referida alienação na aquisição das Debêntures dos Debenturistas que tiverem exercido sua Opção de Venda Exercível por Alienação de Ativos (conforme definido na Escritura), na forma disposta na Cláusula 4.16.1.2 e seguintes da Escritura.

4.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista na segunda parte da Cláusula 4.5 acima, as Partes estabelecem que o terceiro adquirente do respectivo imóvel deverá proceder ao depósito integral do preço de aquisição de referido imóvel na conta corrente de nº [●], na agência [●], junto ao [●] (Banco nº [●]), de titularidade da Emissora, cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e que deverá ser efetivado previamente à liberação de qualquer ônus constituído sobre o respectivo imóvel nos termos deste Contrato.

4.5.2. Tão logo seja realizado o depósito, na conta indicada na Cláusula 4.5.1. acima, do preço de aquisição referido acima, o Agente Fiduciário deverá enviar o termo de liberação sobre o respectivo imóvel em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da solicitação da Emissora, que somente poderá ocorrer após a data do efetivo pagamento dos Debenturistas que tiverem exercido sua opção de venda das



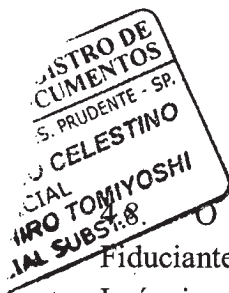
Debitores de que forem titulares, nos termos desta Cláusula e observado os prazos previstos na Cláusula 4.16.5 da Escritura, de modo a possibilitar a efetiva transmissão da propriedade plena do pertinente imóvel pela Fiduciante ao terceiro adquirente.

4.6. A Fiduciante obriga-se a pagar, pontualmente, todos os tributos, impostos, taxas, despesas e quaisquer outros encargos, inclusive tributários ou não, que incidam ou venham a incidir sobre os Imóveis, incluindo, mas não se limitando a, as despesas relacionadas com (a) manutenção, segurança, conservação e tributos, tais como o Imposto Territorial Urbano – IPTU, no caso de imóveis urbanos, ou Imposto Territorial Rural – ITRS, no caso de imóveis rurais, ou (b) a quaisquer outros impostos, taxas, contribuições, despesas condominiais, foro enfiteutico, despesas com seguro e contas de água, luz, telefone, gás e esgotamento sanitário e quaisquer outros encargos que possam incidir sobre os Imóveis, exceto em relação àqueles sujeitos a questionamentos de boa-fé nas esferas competentes. Caso a Fiduciante não questione ou não realize os pagamentos previstos nesta Cláusula, os Debenturistas poderão pagar tais tributos, despesas e encargos 1 (um) Dia Útil após a data de vencimento do pagamento ou, caso tenha questionado judicialmente a obrigação de pagar tal tributo, despesa ou encargo, em 1 (um) Dia Útil após a data de pagamento determinada na decisão judicial transitada em julgado, conforme o caso, e solicitar o correspondente reembolso pela Fiduciante, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da solicitação neste sentido.

4.6.1. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário tem o direito de, a qualquer tempo, exigir os comprovantes de pagamentos das despesas previstas na Cláusula 4.6 acima, que deverão ser apresentados pela Fiduciante em até 5 (cinco) Dias Úteis.

4.6.2. Não obstante o disposto na Cláusula 4.6 acima, nada, neste Contrato, deve ser entendido como obrigação ou compromisso dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário em pagarem as despesas previstas na cláusula 4.6.1 supra ou qualquer outra despesa proveniente do presente Contrato, que são de exclusiva responsabilidade da Fiduciante.

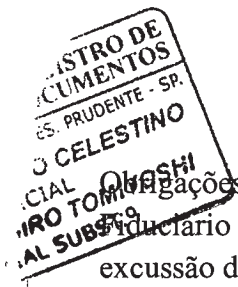
4.7. A Fiduciante responde por todas as despesas decorrentes da presente alienação fiduciária, compreendendo aquelas relativas a emolumentos e despachantes para obtenção das certidões dos distribuidores forenses, da municipalidade e de propriedade, as necessárias à sua efetivação e registro, inclusive as relativas a emolumentos e custas de Oficial de Registro de Imóveis e de Registro de Títulos e Documentos, de quitações fiscais e qualquer tributo devido sobre a operação.



O Agente Fiduciário, terceiros a serem contratados por este às expensas da Fiduciante, poderão solicitar à Fiduciante toda a documentação relacionada aos Imóveis, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a sua situação, sendo que, neste caso, a Fiduciante terá 5 (cinco) Dias Úteis para enviar tal documentação ao Agente Fiduciário e terceiros contratados por este às expensas da Fiduciante. No caso de encontrar irregularidades, o Agente Fiduciário deverá notificar a Fiduciante para que esta tome as medidas necessárias e, caso a Fiduciante não as inicie no menor prazo possível, o Agente Fiduciário poderá adotar as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

4.9. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, a Fiduciante obriga-se a:

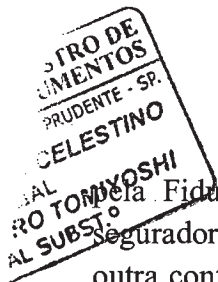
- a) manter, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a presente alienação fiduciária sempre existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;
- b) outorgar e manter válida até a extinção deste Contrato uma procuração pública, na forma do Anexo VI a este Contrato, irrevogável e irretratável, conforme o artigo 684, e com poderes para atuar em causa própria, nos termos do artigo 117, ambos do Código Civil Brasileiro, sendo certo que, na hipótese da Fiduciante estar limitada nos termos de seu estatuto ou contrato social (conforme o caso) a emitir procurações pelo prazo de vigência deste Contrato, deverá então emitir procuração pelo maior prazo de validade permitido nos termos de seu estatuto ou contrato social (conforme o caso), qual seja *[prazo a ser inserido, conforme o caso]*, e, ao menos 90 (noventa) dias antes do vencimento de cada procuração outorgada, apresentar nova procuração cuja vigência seja pelo maior prazo de validade possível nos termos de seu estatuto ou contrato social (conforme o caso);
- c) a seu exclusivo custo e despesas, assinar, anotar e entregar, ou fazer com que sejam assinados, anotados e entregues ao Agente Fiduciário nos prazos previstos no presente Contrato ou, na ausência de prazo, tão logo viável, todos os contratos, compromissos, escrituras, contratos públicos e/ou registros, e tomar todas as demais medidas que o Agente Fiduciário possa, de forma razoável e de boa-fé, solicitar por escrito, para (i) proteger os Imóveis; (ii) garantir o cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato; e/ou (iii) garantir a legalidade, validade e exequibilidade deste Contrato;
- d) mediante o recebimento de comunicação enviada por escrito pelo Agente Fiduciário na qual declare que ocorreu e/ou persiste um inadimplemento das



Obrigado, cumprir todas as instruções por escrito emanadas do Agente Fiduciário para regularização das Obrigações Garantidas inadimplidas ou para excussão da garantia fiduciária aqui constituída;

- e) manter, até o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, todas as autorizações, incluindo as societárias, regulatórias e governamentais, necessárias (i) à assinatura deste Contrato; e (ii) ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, de forma a mantê-las sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- f) resguardar e manter imune o Agente Fiduciário e os Debenturistas de eventuais litígios oriundos de ações judiciais ou procedimentos administrativos que possam, de qualquer forma, comprometer a alienação fiduciária objeto deste Contrato;
- g) defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar, no todo ou em parte, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir do momento em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário da ação, procedimento e processo em questão, bem como seu objeto e as medidas tomadas pela Fiduciante;
- h) exceto se permitido na Escritura e/ou neste Contrato, não ceder, transferir, renunciar, gravar, arrendar, locar, dar em comodato, onerar ou de qualquer outra forma alienar os Imóveis em favor de quaisquer terceiros, direta ou indiretamente, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.3 e seguintes abaixo, exceto no tocante à renovação dos arrendamentos, locações ou comodatos que estão em curso nos Imóveis, que fica desde já autorizada, desde que realizadas substancialmente mesmas bases contratuais atuais, não podendo ser incluídas nas referidas renovações disposições que prejudiquem a eficácia, exequibilidade ou eventual excussão desta garantia;
- i) manter, a partir da data de assinatura deste Contrato e até o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, apólice de seguro dos Imóveis contratada com seguradora de primeira linha, conforme práticas usuais de mercado, em valor suficiente para garantir a integridade dos Imóveis no caso da ocorrência de qualquer evento de sinistro, devendo apresentar anualmente ao Agente Fiduciário a comprovação de renovação de referido seguro, acompanhada do comprovante de pagamento do respectivo prêmio. Na hipótese de ocorrência de qualquer sinistro em relação aos Imóveis segurados, a totalidade da indenização eventualmente recebida

M



a Fiduciante da seguradora contratada deverá ser depositada diretamente pela seguradora ou, se eventualmente a indenização for depositada pela seguradora em outra conta, a Fiduciante deverá depositar a respectiva quantia, em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento pela Fiduciante, em conta vinculada de titularidade da [Emissora], cedida fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos estabelecidos no [Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios]. A Fiduciante obriga-se a notificar a seguradora, em até [●] ([●]) Dias Úteis, para que realize os depósitos de acordo com o previsto neste item, devendo enviar ao Agente Fiduciário, em até [●] ([●]) Dias Úteis as respectivas cópias das notificações, com confirmação de recebimento pela respectiva seguradora; e

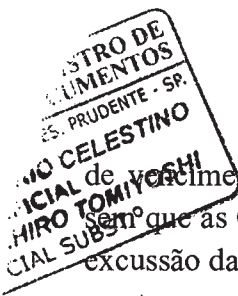
j) dar ciência deste Contrato e de seus respectivos termos e condições aos seus administradores e executivos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições, responsabilizando-se a Fiduciante integralmente pelo cumprimento deste Contrato.

4.10. Na hipótese de desapropriação total ou parcial dos Imóveis, o Agente Fiduciário, como proprietário dos Imóveis, ainda que em caráter resolúvel, ou os seus cessionários, serão os únicos e exclusivos beneficiários da justa e prévia indenização paga pelo Poder Expropriante, até o limite do saldo das Obrigações Garantidas, devendo depositar a indenização paga em conta vinculada de titularidade da [Emissora] e, se houver, restituir à Fiduciante o valor que ultrapassar o saldo das Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA QUINTA - MORA E INADIMPLEMENTO

5.1. A ocorrência de vencimento antecipado nos termos da Escritura ou no caso de vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido devidamente quitadas (“Evento de Inadimplemento”) acarretará à parte inadimplente a responsabilidade pelo pagamento do principal e acessórios pactuados, sendo que serão arcadas pela Fiduciante todas e quaisquer despesas necessária à execução desta alienação fiduciária, tais como publicação dos editais de leilão extrajudicial e comissão de leiloeiro, se houver, bem como honorários advocatícios, caso venham a ser tomadas as medidas judiciais necessárias ao cumprimento deste Contrato.

5.2. Na ocorrência de um Evento de Inadimplemento e expirado eventual prazo de cura previsto na Escritura, ou, caso tal Evento de Inadimplemento não conte com prazo de cura específico, decorrida a carência de 5 (cinco) Dias Úteis, de acordo com o artigo 26, § 2º, da Lei nº 9.514/1997, o Agente Fiduciário poderá, após a ocorrência



se o pagamento antecipado nos termos da Escritura ou no caso de vencimento final sem que as Obrigações Garantidas, a seu exclusivo critério, iniciar o procedimento de excussão da presente alienação fiduciária por meio da intimação enviada à Fiduciante, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/1997.

5.3. A Fiduciante será intimada para purgar a mora no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 26, § 1º da Lei 9.514/1997, mediante o pagamento das obrigações vencidas e não pagas, bem como das que se vencerem até a data do efetivo pagamento, que incluem o principal, atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, demais encargos e despesas de intimação, inclusive tributos e contribuições.

5.4. Apenas o integral pagamento do valor das Obrigações Garantidas, incluindo atualização monetária e os demais acréscimos pactuados, exonerará a Fiduciante da responsabilidade de liquidar tais valores. Em todos os outros casos, a Fiduciante continuará em mora para todos os efeitos legais, contratuais e da excussão iniciada.

5.5. O procedimento de intimação para pagamento obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) a intimação será requerida pelo Agente Fiduciário ao Oficial do Registro de Imóveis competente, indicando o valor vencido e não pago, os juros convencionais, as penalidades cabíveis e demais encargos contratuais e legais;
- b) a diligência de intimação será realizada pelo Oficial do Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária onde se localizarem os Imóveis, podendo, a critério desse Oficial, vir a ser realizada por seu preposto ou por meio do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação dos Imóveis, ou do domicílio de quem deva recebê-la ou, ainda, pelo correio, com aviso de recebimento a ser firmado pessoalmente pela Fiduciante ou por procurador regularmente constituído;
- c) a intimação será feita à Fiduciante a seus representantes legais ou a seus procuradores regularmente constituídos;
- d) se o destinatário da intimação se encontrar em local ignorado, incerto ou inacessível, certificado pelo Oficial de Registro de Imóveis ou pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos, competirá ao primeiro promover sua intimação por edital, publicado por 3 (três)



dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação no local dos Imóveis, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital;

- e) a Fiduciante poderá efetuar a purgação da mora aqui referida: (i) entregando, em dinheiro, ao Oficial de Registro de Imóveis competente o valor necessário para a purgação da mora; ou (ii) entregando ao Oficial de Registro de Imóveis competente cheques administrativos, emitido por banco comercial, intransferível por endosso e nominativo ao Agente Fiduciário, na proporção de seus créditos, ou a quem expressamente indicado na intimação, no valor necessário para purgação da mora, exceto o montante correspondente a cobrança e intimação, que deverá ser feita diretamente ao Oficial de Registro de Imóveis competente. Na hipótese contemplada pelo subitem (ii) anterior, a entrega do cheque ao Oficial de Registro de Imóveis será feita sempre em caráter *pro solvendo*, de forma que a purgação da mora ficará condicionada ao efetivo pagamento do cheque pela instituição financeira sacada. Recusado o pagamento do cheque, a mora será tida por não purgada, podendo o Agente Fiduciário requerer ao Oficial de Registro de Imóveis que certifique a não purgação da mora e promova a consolidação da propriedade dos Imóveis em nome do Agente Fiduciário; e
- f) caberá à Fiduciante o pagamento das despesas de cobrança de intimação.

5.6. Purgada a mora perante o Oficial de Registro de Imóveis competente, nos 3 (três) dias seguintes, o Oficial entregará ao Agente Fiduciário as importâncias recebidas.

5.6.1. Em não se tratando da hipótese de exigência imediata da totalidade do valor das Obrigações Garantidas, eventual diferença entre o valor objeto da purgação da mora e o devido no dia da purgação da mora deverá ser paga pela Fiduciante juntamente com os demais débitos que eventualmente se vencerem após a purgação da mora.

5.7. O não pagamento de qualquer valor devido pela Fiduciante depois de devidamente comunicada nos termos acima previstos, bastará para a configuração de sua mora.



Caso não haja a purgação da mora em conformidade com o disposto nas Cláusulas acima, poderá o Agente Fiduciário, com a apresentação do devido recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, requerer ao Oficial de Registro de Imóveis competente que certifique o decurso *in albis* do prazo para purgação da mora e consolide, em nome do Agente Fiduciário, à vista da comprovação do pagamento pelo Agente Fiduciário do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Laudêmio incidentes, a propriedade plena dos Imóveis, contando, a partir do registro da consolidação, o prazo para a realização dos leilões extrajudiciais previstos no presente Contrato.

5.9. Nas hipóteses de consolidação da propriedade dos Imóveis em nome do Agente Fiduciário, a Fiduciante deverá restituir a posse sobre os Imóveis em até 30 (trinta) dias após a consolidação em nome do Agente Fiduciário.

5.9.1. Não ocorrendo a restituição da posse dos Imóveis, no prazo e forma ajustados na Cláusula 5.9 acima, o Agente Fiduciário, seus cessionários ou sucessores, inclusive o respectivo adquirente em leilão, poderão requerer a imediata reintegração judicial de sua posse, declarando-se a Fiduciante ciente de que, nos termos do artigo 30 da Lei nº 9.514/1997, a reintegração será concedida liminarmente, com ordem judicial, para desocupação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, desde que comprovada, mediante certidões de matrícula dos Imóveis, a consolidação da titularidade em nome do Agente Fiduciário, ou o registro do contrato celebrado em decorrência das vendas dos Imóveis no leilão ou posteriormente ao leilão, conforme quem seja o autor da ação de reintegração de posse, cumulada, se for o caso, com cobrança do valor da taxa diária de ocupação fixada judicialmente e demais despesas previstas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - LEILÃO EXTRAJUDICIAL E VALOR DE VENDA PARA FINS DE LEILÃO

6.1. Uma vez consolidado o domínio pleno dos Imóveis na pessoa do Agente Fiduciário, por força da mora, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro de que trata o §7º do artigo 26 da Lei 9.514/1997, os Imóveis deverão ser alienados pelo Agente Fiduciário a terceiros, com observância dos procedimentos previstos neste Contrato e na Lei nº 9.514/1997, nos termos e condições abaixo:

- a) a alienação far-se-á sempre por público leilão, extrajudicialmente;
- b) o primeiro público leilão será realizado dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da averbação da consolidação da propriedade dos Imóveis em nome do Agente Fiduciário, devendo os Imóveis ser



ofertados no primeiro leilão pelo valor estabelecido no Anexo II, ou pelo último laudo de avaliação dos Imóveis elaborado, conforme o caso;

- c) não havendo oferta em valor igual ou superior ao que as Partes estabeleceram, conforme alínea “b” acima, os Imóveis serão ofertados em segundo leilão, a ser realizado dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do primeiro público leilão, pelo valor das Obrigações Garantidas atualizado com todos os encargos que incidirem até a data do segundo leilão e, ainda, das despesas, tudo conforme previsto no artigo 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.514/1997;
- d) os leilões públicos serão anunciados mediante edital único, publicado por 3 (três) dias, ao menos, em um dos jornais de maior circulação no local dos Imóveis. O primeiro leilão será realizado em 10 (dez) dias contados da primeira publicação. Assim, à vista da legislação aplicável, a primeira publicação ocorrerá, no máximo, 20 (vinte) dias após a data de averbação da consolidação da propriedade dos Imóveis em nome do Agente Fiduciário. A Fiduciante será comunicada por simples correspondência endereçada ao endereço constante no preâmbulo deste Contrato acerca das datas, locais e horários de realização dos leilões;
- e) o Agente Fiduciário, já como representante do proprietário dos Imóveis, transmitirá o domínio e a posse dos Imóveis ao licitante vencedor; e
- f) se o Imóvel estiver locado ou cedido em comodato, a locação ou comodato poderá ser denunciada com o prazo de trinta dias para desocupação, devendo a denúncia ser realizada no prazo de noventa dias a contar da data da consolidação da propriedade no fiduciário, devendo essa condição constar expressamente em cláusula contratual específica, destacando-se das demais por sua apresentação gráfica, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 27, da Lei nº 9.514/97.

6.2. Para fins do leilão extrajudicial, as Partes adotam os seguintes conceitos:

- a) será utilizado como valor dos Imóveis os valores mencionados no Anexo II, obedecido os demais requisitos previstos neste Contrato, que deverá ser atualizado conforme previsto na Cláusula 2.1.2, ou os



valores do último laudo de avaliação dos Imóveis elaborado, conforme o caso.

b) o valor das Obrigações Garantidas previsto na Cláusula 2.1 acima, deverá ser acrescido do/da:

- (i) Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, foro, laudêmio, imposto de transmissão e outros tributos ou contribuições eventualmente incidentes à data da consolidação da propriedade em favor do Agente Fiduciário;
- (ii) despesas de água, luz e gás (valores vencidos e não pagos à data do leilão), se for o caso;
- (iii) valor das Obrigações Garantidas, nele incluídas as prestações não pagas, atualizado monetariamente *pro rata die* até o dia do leilão, bem como das penalidades moratórias, encargos e despesas abaixo elencadas;
- (iv) qualquer outra contribuição ou tributo incidente sobre qualquer pagamento efetuado pelo Agente Fiduciário em decorrência da intimação e da alienação em leilão extrajudicial e da entrega de qualquer quantia à Fiduciante;
- (v) despesas com a consolidação da propriedade em nome do Agente Fiduciário; e
- (vi) as penalidades moratórias e despesas abaixo elencadas;

c) o valor das despesas é o equivalente à soma dos valores despendidos para a realização do público leilão, neles compreendidos, entre outros ("Despesas"):

- (i) os encargos e custas de intimação da Fiduciante;
- (ii) os encargos e custas com a publicação de editais;
- (iii) a comissão do leiloeiro; e



- (iv) honorários advocatícios eventualmente incorridos para excussão da presente alienação fiduciária.

Se o maior lance oferecido no primeiro leilão for inferior ao valor dos Imóveis, conforme estabelecido no Anexo II ou pelo último laudo de avaliação dos Imóveis elaborado, conforme o caso, e/ou das Obrigações Garantidas, compreendendo o montante necessário para quitação das Obrigações Garantidas e das Despesas, o que for maior, será realizado segundo leilão; se superior, o Agente Fiduciário entregará à Fiduciante a importância que sobrar, na forma prevista na Cláusula 6.5 abaixo.

6.4. Observado o disposto na alínea “c” da Cláusula 6.1 supra, no segundo leilão:

- a) será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor das Obrigações Garantidas, compreendendo o montante necessário para quitação das Obrigações Garantidas e das Despesas, hipótese em que, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao integral e efetivo recebimento, o Agente Fiduciário entregará à Fiduciante a importância que sobrar, se aplicável, como disciplinado na Cláusula 6.5 abaixo; e
- b) caso: (i) o maior lance oferecido seja inferior ao valor das Obrigações Garantidas, compreendendo o montante necessário para a quitação das Obrigações Garantidas e das Despesas ou (ii) não exista licitante, a Fiduciante continuará obrigada pelo cumprimento integral das Obrigações Garantidas perante os Debenturistas, sem prejuízo (a) do direito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de cobrar judicialmente a importância remanescente, e (b) do direito do Agente Fiduciário executar outras garantias, eventualmente existentes, sejam elas prestadas pela própria Fiduciante ou por terceiros, sempre observando-se, o quanto disposto na Cláusulas Segunda, e, também, o disposto na nas Cláusulas 6.4.1. e 7.2. abaixo; e
- c) liquidadas ou extintas as Obrigações Garantidas, dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da liquidação ou extinção, o Agente Fiduciário disponibilizará à Fiduciante o respectivo termo de quitação.

6.4.1. A Fiduciante, neste ato, renuncia expressamente ao previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 27 da Lei nº 9.514/1997, de forma que a excussão da presente garantia



Realização não exonera, em qualquer hipótese, os respectivos devedores do cumprimento integral das Obrigações Garantidas ainda existentes e não representará, por si só, extinção das Obrigações Garantidas que deverão ser integralmente adimplidas.

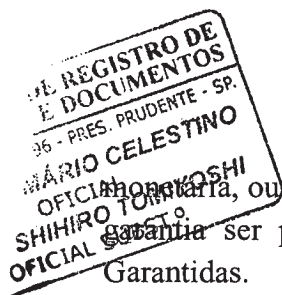
6.4.1.1. A excussão da garantia de cada Imóvel importará, apenas, em quitação da respectiva parcela garantida por ele, ou seja, do valor/fração correspondente da Obrigação Garantida descrito no Anexo II deste Contrato, na hipótese prevista na cláusula 6.4, (b). Na ocorrência do disposto nesta cláusula, o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de realização do segundo leilão, darão à Emitente quitação da dívida representada exclusivamente pela parcela garantida, mediante termo próprio.

6.5. Se em primeiro ou segundo leilão sobejar importância a ser restituída à Fiduciante, deduzidos os valores previstos na Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário colocará a diferença à disposição da Fiduciante, considerando nela incluída o valor da indenização das benfeitorias, devendo tal diferença ser depositada em conta corrente a ser indicada pela Fiduciante no prazo de [5 (cinco)] dias que se seguirem à venda dos Imóveis em leilão.

6.6. A Fiduciante renuncia, neste ato, ao direito de exercer quaisquer direitos de sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações financeiras assumidas pela Emissora sob a Escritura decorrentes de eventual excussão ou execução da garantia constituída por meio deste Contrato e não terá qualquer direito de reaver da Emissora ou do comprador dos Imóveis qualquer valor pago das Obrigações Garantidas com os valores decorrentes da alienação e transferência dos Imóveis, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas. A Fiduciante reconhece, portanto: (i) que não terá qualquer pretensão ou ação contra a Emissora ou contra os compradores dos Imóveis; e (ii) referida ausência de sub-rogação não implica ou implicará em enriquecimento sem causa da Emissora e/ou dos compradores dos Imóveis, haja vista que (a) a Fiduciante é beneficiária indireta das Obrigações Garantidas; (b) qualquer valor residual de venda dos Imóveis será restituído à Fiduciante, após pagamento integral de todas Obrigações Garantidas; e (c) a Emissora é devedora principal das Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - TÉRMINO DO CONTRATO E LIBERAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

7.1. A garantia constituída pelo presente Contrato vigorará até o integral pagamento das Obrigações Garantidas e de seus acessórios, inclusive atualização



até ser de outra forma liberada nos termos deste Contrato, podendo esta garantia ser prorrogada em caso de prorrogação do vencimento das Obrigações Garantidas.

7.2. O Agente Fiduciário, mediante a solicitação e às expensas da Fiduciante, deverá celebrar e entregar à Fiduciante, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da solicitação pela Emissora, que somente poderá ocorrer após a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas ou na hipótese da Cláusula 4.5.2 acima, termo de liberação da presente alienação fiduciária sobre os Imóveis para o devido cancelamento da garantia, conforme disposto no artigo 25 da 9.514/1997, reconhecendo o cumprimento e a extinção deste Contrato.

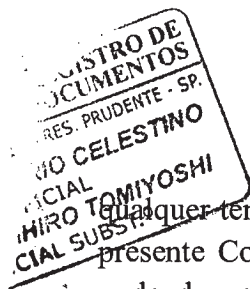
CLÁUSULA OITAVA – CONJUNTO DE GARANTIAS

8.1. A garantia prevista no presente Contrato será adicional, e sem prejuízo de, quaisquer outras garantias ou direito real de garantia outorgado pela Fiduciante, pela Emissora ou por qualquer outra parte como garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura e poderá ser excutida de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia. A excussão pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da alienação fiduciária em garantia avençada nos termos deste Contrato não deverá impedir os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de excutir quaisquer outras garantias ou direitos reais de garantia outorgados para garantir as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. **Execução Específica.** As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro de 1973 e artigos 497 e 815 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

9.2. **Ausência de Renúncia ou Novação.** Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a



qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos na Escritura e nos demais documentos da Oferta. A não exigência imediata, por qualquer das Partes, em relação ao cumprimento de qualquer dos compromissos recíprocos aqui pactuados, constituir-se-á em mera liberalidade da Parte que assim proceder, não podendo de forma alguma ser caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra Parte para obstar o cumprimento de suas obrigações.

9.3. **Cessão.** As Partes não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações previstos neste Contrato, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência das demais Partes.

9.4. **Despesas.** Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos que, indireta (tais como, por exemplo, custos judiciais, honorários advocatícios ou custos de avaliação) ou diretamente, incidam ou venham a incidir sobre a garantia ora constituída, sobre os valores e pagamentos dela decorrentes, sobre movimentações financeiras a ela relativas e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato, tais como, mas não de forma exaustiva, aqueles relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Fiduciante.

9.5. **Notificações.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Se para a Fiduciante:

[PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL]

Endereço: [●]

CEP [●]

At.: [●]

Telefone: [●]



Fax: [●]

e-mail: [●]

Se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Endereço: Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: garantia@pentagonotruster.com.br

Se para a Emissora:

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

Endereço: Rua Carlos Cyrillo Júnior, nº 92 – Jardim Leonor – São Paulo/SP

CEP: 05614-000

At.: Alessandra Mara Coelho Ribeiro

Telefone: 3131-4208

e-mail: amribeiro@band.com.br

9.5.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

9.6. **Sucessores.** Este Contrato obriga, de forma irrevogável e irretratável, as Partes contratantes, bem como seus sucessores ou cessionários a qualquer título, sendo cada parte responsável pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviço, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação

9.7. **Alterações.** Este Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes identificadas no preâmbulo deste Contrato.

9.8. **Vigência.** O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor nos termos da Cláusula Sétima.



As Partes concordam que, caso, por qualquer motivo, este Contrato venha a ser executado parcialmente, todas as suas condições e cláusulas permanecerão válidas e exequíveis, sem prejuízo de tal execução parcial, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

9.9. **Independência das Cláusulas.** Caso qualquer das disposições deste Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

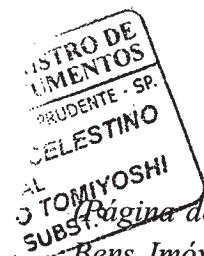
9.10. **Lei Aplicável.** Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.11. **Foro.** As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o competente para conhecer e julgar ações ajuizadas em razão deste Contrato.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram o presente Contrato em [●] ([●]) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de [2015].

[Restante da página intencionalmente deixada em branco]



(Página de Assinatura (1/[●]) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis, celebrado em [●] de [●] de [2015] entre [Proprietária do Imóvel], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.)

[PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL]

Nome:

Cargo:

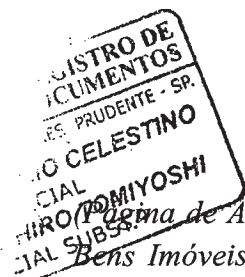
RG nº:

Nome:

Cargo:

RG nº:

ll



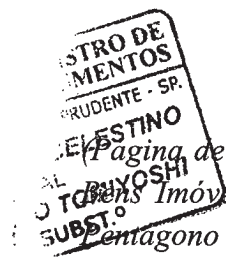
Página de Assinatura (2/[●]) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis, celebrado em [●] de [●] de [2015] entre [Proprietária do Imóvel], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Nome: _____

Cargo:

RG nº:



(Página de Assinatura (3/[●]) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis, celebrado em [●] de [●] de [2015] entre [Proprietária do Imóvel], Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.)

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

Nome:

Cargo:

RG nº:

Nome:

Cargo:

RG nº:

lll

RO DE
ENTOS

ITE - SP.

TINO

SSM

STO

(Página de Assinatura (4/[●]) do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis, celebrado em [●] de [●] de [2015] entre [Proprietária do Imóvel], Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.)

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG nº:

Nome:
RG nº:

ll



Anexo A

[Cópia da Escritura de Emissão]

ll



ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS]

lll

ISTRO DE
UMENTOS
PRUDENTE - SP.
CELESTINO
AL
O TOMIYOSHI
SUBST.º

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS OBJETO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA]

IMÓVEL	MATRÍCULA CARTÓRIO REGISTRO IMÓVEIS	E DE DE	VALOR DE MERCADO DO IMÓVEL, CONFORME LAUDO DE AVALIAÇÃO (ANEXO IV)	PERCENTUAL GARANTIDO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

ul

ISTRO DE
UMENTOS
PRUDENTE - SP.
CELESTINO
AL
J TOMIYOSHI
SUBST.º

ANEXO III

[CÓPIA DAS CERTIDÕES DE MATRÍCULA DOS IMÓVEIS]

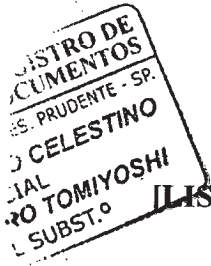
Handwritten signature



ANEXO IV

LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS OBJETOS DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA]

10



ANEXO V

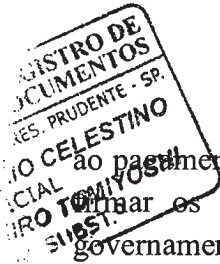
**[LISTA DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS AUTORIZADAS PARA
ELABORAÇÃO DO LAUDO AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS]**

all

REGISTRO DE DOCUMENTOS
ES. PRUDENTE - SP.
O CELESTINO
AL P. MOCHI
RO TOMO 10 pres
A SUBST. sociedade
parante e

Requisito presente instrumento de mandato, **[PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL]**, sociedade [de responsabilidade limitada/por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)] com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na Rua [●], nº [●], [bairro], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº [●], neste ato representada de acordo com seu [Contrato/Estatuto Social] (“Outorgante”), nomeia e constitui o **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures simples da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A. (“Emissora” e “Debenturistas”, respectivamente), nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.*”, datado de [●] de [●] de 2015 (“Escritura” e “Outorgado”, respectivamente) como seu bastante procurador para, agindo em seu nome, na mais ampla extensão permitida em lei, incluindo poderes para atuar em nome próprio, praticar todos os atos e providências, de qualquer forma e natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no “*Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis*”, datado de [●] de [●] de 2015, celebrado entre a Outorgante, a Emissora e o Outorgado (“Contrato”), com poderes para (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante órgãos públicos ou quaisquer terceiros) necessários para assegurar a perfeição e preservação da garantia de alienação fiduciária constituída em favor do Outorgado nos termos do Contrato, podendo, inclusive, representar a Outorgante perante o Cartório de Registro de Imóveis, qual seja [a ser preenchido de acordo com o Imóvel], para fins de obter o registro do Contrato; e, após a efetiva declaração de vencimento antecipado, vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido devidamente quitadas; (ii.a) a alienar, cobrar, receber, transferir e/ou excutir, por meio da celebração da competente escritura pública, os Imóveis (no todo ou em parte), assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, para exercer seus direitos decorrentes da alienação fiduciária prevista no Contrato, podendo alienar e entregar os Imóveis, no todo ou em parte, pelo preço, termo e condições estabelecidos no Contrato, mas de acordo com a lei aplicável, e destinar os recursos assim obtidos





ao pagamento das Obrigações Garantidas; (ii.b) tomar todas as medidas necessárias e firmar os instrumentos que se fizerem necessários perante qualquer autoridade governamental, no caso de venda pública dos Imóveis de acordo com os termos e condições estipulados no Contrato e na legislação aplicável; (ii.c) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento de quaisquer outros valores pagos, recebidos ou depositados em decorrência dos Imóveis nos termos previsto no Contrato, ou a alienação de tais direitos a terceiros, nos termos do Contrato; (ii.d) firmar os instrumentos nos termos e condições do Contrato, conforme seja necessário ou conveniente, para a consecução do objeto do Contrato; e (ii.e) receber os valores da venda dos Imóveis para pagamento das Obrigações Garantidas.

Os poderes ora outorgados são em acréscimo aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado por meio do Contrato, não cancelando ou revogando quaisquer dos aludidos poderes.

O Outorgado compromete-se, ainda, a manter a Outorgante indene e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) em caso de uso indevido desta Procuração ou ainda em caso de imperícia, negligencia ou imprudência.

O Outorgado poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes ora outorgados.

A presente procuração é outorgada como condição ao Contrato e para atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro e será irrevogável, válida e eficaz [até que o Contrato tenha se extinguido em conformidade com seus termos/pelo prazo de vigência abaixo estipulado].

[Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato/até [data]].

Os termos em letras maiúsculas aqui empregados, mas não definidos, terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato.

[LOCAL E DATA]

[PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL]

Nome:

Nome:

AO DE
ENTOS
TE - SP.
INO

YOSHI

Cargo:

RG nº:

Cargo:

RG nº:

[Handwritten signature]

REGISTRO DE
DOCUMENTOS
PRUDENTE - SP.
CELESTINO
FAL
RO TOMIYOSHI
L SUBST.º

ANEXO VII

[IMÓVEIS OBJETO DE REAVALIAÇÃO]

ef



ANEXO VIII

MODELO DE ADITAMENTO

ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE BENS IMÓVEIS

O presente [●]º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis (“Aditamento”), datado de [●] de [●] de 2015, é celebrado entre:

I. [PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL], sociedade [de responsabilidade limitada/por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)] com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na Rua [●], nº [●], [bairro], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº [●], neste ato representada de acordo com seu [Contrato/Estatuto Social] (“Fiduciante”);

II. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures simples da Emissora (conforme abaixo qualificada) (os “Debenturistas”), nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.*”, datado de [●] de [●] de 2015 (“Escritura”); e

E, ainda, como interveniente anuente:

III. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Radiantes, nº 13, Morumbi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.509.239/0001-13, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“Emissora”).

A Fiduciante e o Agente Fiduciário, quando considerados em conjunto são designados

PRO DE
AGENTOS

DENTE - SP.

ESTINO

com

TOMIT

SUBST.º

Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Emissora aprovou, em assembleia geral extraordinária, realizada em [●] (“AGE”), a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, sendo composta por 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada (“Debêntures”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Escritura que constitui parte integrante deste Contrato como Anexo A (“Escritura”);
- (B) a fim de assegurar o pontual, fiel e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão das Debêntures, nos termos da Escritura, incluindo principal, juros, inclusive de mora, multas, cláusula penal, comissões, tributos, bem como o ressarcimento dos valores despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a desembolsar por conta da execução da presente alienação fiduciária em garantia e das demais garantias constituídas em virtude da dívida decorrente da Escritura, a Fiduciante, alienou fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os Imóveis (conforme definido na Cláusula 2.1. do Contrato), nos termos Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis celebrado entre a Fiduciante, o Agente Fiduciário e a Emissora, em [●] de [●] de [●] (“Contrato”);
- (C) nos termos da Cláusula 2.1.2 do Contrato, a Fiduciante apresentou Laudo de Reavaliação dos Imóveis ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o qual deve ser utilizado para atualização do percentual das Obrigações Garantidas garantida por cada um dos Imóveis alienados fiduciariamente em garantia; e
- (D) as Partes dispuseram do tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as cláusulas e condições constantes deste instrumento, cuja celebração é pautada pelos princípios da probidade e boa-fé.





ISTO POSTO, RESOLVEM as Partes celebrar o presente Aditamento, que se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas e demais disposições, contratuais e legais, aplicáveis:

1. DEFINIÇÕES

- 1.1 Termos em maiúsculas (sejam no singular ou no plural) utilizados no presente Aditamento e que não estejam aqui previstos terão o significado a eles atribuído no Contrato.

2. REGISTRO DESTE ADITAMENTO

- 2.1 A Fiduciante se obriga, às suas expensas, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da assinatura deste Aditamento, a realizar a prenotação para registro do presente Aditamento no Cartório de Registro de Imóveis competente, qual seja [a ser preenchido de acordo com o Imóvel].
- 2.2 A Fiduciante deverá encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) cópia digitalizada do respectivo comprovante de prenotação do presente Aditamento no Cartório de Registro de Imóveis competente, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da prenotação; (ii) via original do presente Aditamento, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como as certidões de matrícula dos Imóveis evidenciando a constituição da alienação fiduciária em garantia sobre os Imóveis, devidamente atualizada por este Aditamento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da presente data.

3. ADITAMENTO

- 3.1 As Partes concordam em alterar o percentual das Obrigações Garantidas garantida por cada um dos Imóveis alienados fiduciariamente em garantia, conforme indicados no Anexo II ao Contrato, de forma a atualizar tais valores com base no Laudo de Reavaliação anexo ao presente Aditamento como Anexo 1. Dessa forma, o Anexo Anexo II ao Contrato passa a vigor com a redação do Anexo 2 ao presente Aditamento.

4. RATIFICAÇÃO



- 4.1 Todos os termos do Contrato que não forem expressamente alterados neste Aditamento são ratificados neste ato, mantendo-se plenamente válidos e em vigor conforme originalmente acordados no Contrato.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1 As obrigações assumidas neste Aditamento são irrevogáveis e irretratáveis, vinculando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, para o pleno cumprimento das disposições deste Aditamento.
- 5.2 O presente Aditamento e qualquer conflito ou demanda ou conflitos não contratuais decorrentes ou relacionados a este, seu objeto ou constituição, serão regidos e interpretados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.
- 5.3 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

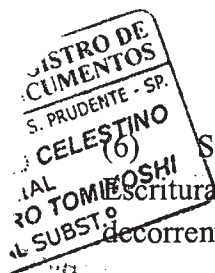
Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, celebram o presente Aditamento em [•] ([•]) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

[data]

[assinaturas]

Anexo 1 - Laudo de Reavaliação

Anexo 2 – Anexo II ao Contrato



Significa o EBITDA (conforme definido acima), calculado nos termos desta escritura, dividido pela receita líquida de que trata o item (1) acima, ambos decorrentes de operações com negócios de mídia em geral da Rede Bandeirantes.

(B) MÍDIA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TELEVISÃO)

Abertura das informações constantes nos itens (1) a (6) do tópico (A) acima limitadas as atividades relacionadas a radiodifusão de sons e imagens (televisão), em regime de competência.

	PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]	PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]
Receita Líquida ⁽¹⁾		
Custos e Despesas ⁽²⁾		
Direitos de Transmissão ⁽³⁾		
Outros ⁽⁴⁾		
EBITDA ⁽⁵⁾		
Margem EBITDA ⁽⁶⁾		

(C) MÍDIA DE RADIODIFUSÃO SONORA (RÁDIO)

Abertura das informações constantes nos itens (1) a (6) do tópico (A) acima limitadas as atividades relacionadas a radiodifusão sonora (rádio), em regime de competência.

	PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]	PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]
Receita Líquida ⁽¹⁾		
Custos e Despesas ⁽²⁾		
Direitos de Transmissão ⁽³⁾		
Outros ⁽⁴⁾		
EBITDA ⁽⁵⁾		
Margem EBITDA ⁽⁶⁾		

(D) MÍDIA EXTERIOR (*OUT OF HOME*) E/OU MÍDIA DIGITAL

Abertura das informações constantes nos itens (1) a (6) do tópico (A) acima limitadas as atividades relacionadas a mídia exterior (*out of home*) e/ou mídia digital, em

REGISTRO DE
 DOCUMENTOS
 ARQUIVADO - SP.
 TELEFONE
 TOMIYOSHI
 SUBST.

regime de competência.

	PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]	PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]
Receita Líquida ⁽¹⁾		
Custos e Despesas ⁽²⁾		
Direitos de Transmissão ⁽³⁾		
Outros ⁽⁴⁾		
EBITDA ⁽⁵⁾		
Margem EBITDA ⁽⁶⁾		

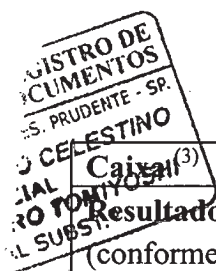
(E) OUTROS

Abertura das informações constantes nos itens (1) a (6) do tópico (A) acima limitadas as atividades que não estejam considerados nos negócios de radiodifusão de sons e imagens (televisão), radiodifusão sonora (rádio) ou mídia exterior (*out of home*) e/ou mídia digital, conforme descritos nos itens (B), (C) e (D) acima, respectivamente.

	PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]	PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]
Receita Líquida ⁽¹⁾		
Custos e Despesas ⁽²⁾		
Direitos de Transmissão ⁽³⁾		
Outros ⁽⁴⁾		
EBITDA ⁽⁵⁾		
Margem EBITDA ⁽⁶⁾		

(F) OUTRAS INFORMAÇÕES

	PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]	PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES FINDO EM [●] DE [●] DE [●]
Dívida Bruta (conforme definido acima)		N/A
Dívida de Curto Prazo ⁽¹⁾		
Dívida de Longo Prazo ⁽²⁾		
Caixa e Equivalente de		



Caixa ⁽³⁾		
Resultado Financeiro (conforme definido acima)		
Investimentos em Bens de Capital (CAPEX) ⁽⁴⁾		

Onde:

- (1) Significa o saldo da Dívida Bruta, nos termos da Escritura, com vencimento nos próximos 12 meses;
- (2) Significa o saldo da Dívida Bruta, nos termos da Escritura, líquida do saldo com vencimento nos próximos 12 meses;
- (3) Significa o saldo de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, exceto se em garantia de obrigações não pecuniárias; e
- (4) Significa o total de investimentos em bens de capital (CAPEX).

(G) ÍNDICES FINANCEIROS

ÍNDICES FINANCEIROS	
Dívida Líquida	
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	
EBITDA / Resultado Financeiro ⁽²⁾	

Onde:

- (1) Significa a divisão da Dívida Líquida (conforme definido acima) pelo EBITDA (conforme definido acima); e
- (2) Significa a divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelo Resultado Financeiro (conforme definido acima).

ANEXO III

Relação de Imóveis Alienados Fiduciariamente ou a Serem Alienados Fiduciariamente em garantia no âmbito da Emissão

REGISTRO DE
 IMOVEIS
 PRUDENTE - SP.
 CELESTINO
 TOMIYOSHI
 SUBST.º IMÓVEL

	OUTORGANTES DAS ALIENAÇÕES FIDUCIÁRIAS DE IMÓVEIS	MATRÍCULA E CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	VALOR DE MERCADO DO IMÓVEL, CONFORME LAUDO DE AVALIAÇÃO (R\$)	ÔNUS EXISTENTES NA PRESENTE DATA SOBRE OS IMÓVEIS (SE HOVER) E OUTRAS OBSERVAÇÕES
Avenida Giovanni Gronchi, nº 7143, São Paulo – SP.	Aricanduva S/A	212.606 – 11º CRI de São Paulo-SP.	60.700.000,00	-
Rua Minas Gerais, 454 - Edifício Torre Paulista - Consolação - São Paulo – SP.	Aricanduva S/A	1.369; 55.681; 62.395 – 5º CRI de São Paulo-SP.	23.182.000,00	Penhora – execução fiscal. <u>Penhora</u> (Av6/1.369, Av5/62.395, e Av4/55.681, todas de 11/06/2012 e av3/42.703, Av2/42.704, av3/159.529, av4/32.812 todas de 26/10/2012, av7/84.778, de 29/10/2012): 1a Vara Fiscal, Justiça Federal de 1º grau, autos n. 0049927- 47.2007.403.6182 (antigo n. 2007.61.82.049927- 0), dívida ativa n. 80607031407, processo administrativo n. 12157000228200780,
Lote 04 - Quadra 51 - São Paulo – SP. Av. Morumbi x Av. Com. Adibo Ares x R. Dr. Bruno Rangel Pestana x R. Carlos Cirillo Jr, s/n	Aricanduva S/A	42.703 – 5º CRI de São Paulo-SP.	2.774.000,00	
Lote 06 - Quadra 51 - São Paulo – SP. Av. Morumbi x Av. Com. Adibo Ares x R. Dr. Bruno Rangel Pestana x R. Carlos Cirillo Jr, s/n	Aricanduva S/A	42.704 – 5º CRI de São Paulo-SP.	4.578.000,00	
Lote 07 - Quadra 51 - São Paulo – SP. Av. Morumbi x Av.	Aricanduva S/A	159.529 – 5º CRI de São Paulo-SP.	3.129.000,00	



STRO DE
-MENTOS
PRUDENTE - SP.
CELESTINO
L. TOMIYOSHI
SUBST.

Com. Adibo Ares x R. Dr. Bruno Rangel Pestana x R. Carlos Cirillo Jr, s/n				execução fiscal federal ajuizada contra Band Sede, garantia de dívida no valor de R\$14.174.130,60 (em 20/04/2011).
Lote 08 - Quadra 51 - São Paulo - SP. Av. Morumbi x Av. Com. Adibo Ares x R. Dr. Bruno Rangel Pestana x R. Carlos Cirillo Jr, s/n	Aricanduva S/A	32.812 - 5º CRI de São Paulo-SP.	2.895.000,00	<u>Indisponibilidade</u> (av4/42.703, av3/42.704, av4/159.529,
Lote 12 - Quadra 51 - São Paulo - SP. Av. Morumbi x Av. Com. Adibo Ares x R. Dr. Bruno Rangel Pestana x R. Carlos Cirillo Jr, s/n	Aricanduva S/A	84.778 - 5º CRI de São Paulo-SP.	3.068.000,00	av5/32.812, de 26/10/2012 e av8/84.778, de 29/10/2012): em razão da penhora, acima (Lei 8.212/91, art. 53, parágrafo 1º).
Rua Conselheiro Antônio Prado, 600 - Vila Nova - Campinas - SP.	Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda.	133.718 - 2º CRI de Campinas-SP.	6.285.000,00	Penhora - execução fiscal. Pendente certidão de IPTU. Penhora (Av1, de 30/08/2011, Av14/20.930 e av5/83.679, ambas de 08/08/2011): carta precatória n. 319/2011 da 1ª Vara de Execuções Federais em São Paulo - SP, processo n. 2005.61.82.041814-5 e processo n. 0008498- 98.2011.4.03.6105 da 5ª Vara Federal

ul



				Especializada em Execução Fiscal de campinas-SP, em que INSS/Fazenda move em face de Band Sede e outros, dívida no valor de R\$970.474,61 (em 01/02/2010).
Estrada Nossa Senhora de Lourdes / Estrada do Viração, 296 - Charitas - Niterói - RJ.	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	11.616 - 2º CRI de Niterói-RJ.	10.176.000,00	-
Rua Benedito Alves Resende, 12 - Santa Rosa - Barra Mansa - RJ.	Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda.	1.582 - 3º CRI de Barra Mansa-RJ.	2.685.000,00	Construção irregular.
R. Mãe Menininha do Gantôis x Rua Caetano Moura, 19-A - Federação - Salvador - BA.	Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia	26.418 - 1º CRI de Salvador - BA.	6.859.000,00	Imóvel parte foreiro à Fazenda Garcia (234m²).
Sala 1701 - SBS Quadra 02, Bloco Q - Brasília - DF.	Filial - Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (CNPJ 60.509.239/0007-09)	138.392 - 1º CRI do Distrito Federal.	4.726.000,00	Penhora - execução fiscal. Execução contra a proprietária e outros, processo 59.148-0/04, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública do DF, movida pela Fazenda Pública do Distrito Federal, dívida no valor de R\$2.369.684,65 (R\$, de 04/01/2008).
Vagas de garagem -	Televisão	138096 a	1.450.000,00	-

STRO DE
MENTOS
DENTE - SP.
ESTINO

SBS, Quadra 02, Bloco Q - Brasília - DF.	Bandeirantes Ltda. (CNPJ 60.509.239/0007- 09)	138104; 138106 a 138109; 138117 e 138118, 138110 a 138116; 138119;138120; 138121; 138122; 138172; 138182 - 1º CRI do Distrito Federal.		
Rua Santa Catarina, s/n - QDS 154 e 155 - Vila Mathias Velho - Canoas - RS.	Rádio e TV Portovisão Ltda.	19.672 e 19.343 - CRI de Canoas- RS.	7.098.000,00	Penhoras (2) – ações trabalhistas na matrícula 19.343. Ação trabalhista ajuizada contra a Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. e outros, movida por Renata Chabar Kapitanski, processo 0020200- 68.2005.5.04.0017, 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre - RS, valor R\$1.136.326,43 (R5, de 31/03/2011), e ação trabalhista contra a Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. e outros, movida por Daniela Angela Sallet, carta precatória, processo 0197100- 85.2009.5.04.0203, 3ª Vara do Trabalho de Canoas-RS, valor R\$1.136.326,43 (R6, de 28/06/2013).
Avenida Amir	Rádio e TV	41.224 - 3º CRI	836.000,00	-

VIRO DE
 ENTOS
 ENTE - SP.
 DESTINO

Miyoshi Domingues, 1953 - Merro do Embratel - Porto Alegre - RS.	Portovisão Ltda.	de Porto Alegre - RS.		
Rua General Osório, 755 - Conjunto Frei Eugênio - Uberaba - MG.	PRC – Produtora Regional de Comunicação Ltda.	11.309 – 2º CRI de Uberaba-MG.	2.371.000,00	Imóvel sem certidão negativa de IPTU. Proprietária inativa e com administrador falecido.
Av. Eng. Antonio Francisco de Paula Souza, 2717 - Vila Carminha - Campinas – SP.	Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda.	56.155; 207.653 – 3º CRI de Campinas-SP.	6.858.000,00	Pendente CND/IPTU da matrícula 207.653.
Avenida Rebouças, 1573, 1577 e 1585 - Primeira Mão - Cerqueira César - São Paulo – SP.	Primeiramão Divulgações Empresariais Ltda.	35.437; 35.438; 35.439; 35.440, 45.646; 45.647; 45.648; 45.649; 21.811 - 13º CRI de São Paulo-SP.	16.645.000,00	Instrumento de cisão da atual proprietária (Editora Haple Ltda.) pendente de registro.
Rua Professor Jorge Hennings, 450 - Jardim Chapadão - Campinas – SP.	Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda.	20.930 – 2º CRI de Campinas-SP.	631.000,00	Penhora – execução fiscal. Penhora (Av1, de 30/08/2011, Av14/20.930 e av5/83.679, ambas de 08/08/2011): carta precatória n. 319/2011 da 1ª Vara de Execuções Federais em São Paulo-SP, processo n. 2005.61.82.041814-5 e processo n. 0008498- 98.2011.4.03.6105 da 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de



				campinas-SP, em que INSS/Fazenda move em face de Band Sede e outros, dívida no valor de R\$970.474,61 (em 01/02/2010).
Rua Conselheiro Antônio Prado, 565 - Vila Nova - Campinas - SP.	Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda.	83.679 - 2º CRI de Campinas-SP.	472.000,00	Penhora - execução fiscal. Penhora (Av1, de 30/08/2011, Av14/20.930 e av5/83.679, ambas de 08/08/2011): carta precatória n. 319/2011 da 1ª Vara de Execuções Federais em São Paulo - SP, processo n. 2005.61.82.041814-5 e processo n. 0008498-98.2011.4.03.6105 da 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de campinas-SP, em que INSS/Fazenda move em face de Band Sede e outros, dívida no valor de R\$970.474,61 (em 01/02/2010).
Estrada Vicinal - Sítio da Capelinha. Bairro: Mato Dentro - Sorocaba - SP.	Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.	18.765 - 1º CRI de Sorocaba-SP.	743.000,00	Imóvel rural. Pendente CCIR, CAR e IBAMA (imóvel no prazo para

RO DE
ENTOS
ENTE - SP.
STINO
MIYOSHI
ST.º

				georreferenciamento)
Rua Feres Merad Kfour. 2150, São José do Rio Preto - SP.	Bandnews São José do Rio Preto Radiodifusão S.A.	71.372 - 2º CRI de São José do Rio Preto.	1.242.000,00	-
Av. Dr. Nuno de Assis, 5-50 - Centro - Bauru - SP.	Bauru Rádio Clube Ltda.	43.583 - 2º CRI de Bauru-SP.	2.351.000,00	Construção irregular.
Rua Alberto Artoni, 103 - Jardim Santana - Presidente Prudente - SP.	Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente	49.961 - 2º CRI de Presidente Prudente-SP.	1.420.000,00	<p>Penhora - execução fiscal.</p> <p>(i) R4, de 01/10/2002: Execução Fiscal ajuizada pelo INSS, 4a Vara Federal local, processo 1999.61.12.008079-2, em face da proprietária, valor da dívida: R\$156.576,30.</p> <p>(ii) R5, de 14/10/2002: Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, 4a Vara Federal local, processo 2001.61.12.002031-7, em face da proprietária, valor da dívida: R\$116.612,97.</p> <p>(iii) R6, de 14/10/2002: Execução Fiscal</p>


P

REGISTRO DE
DOCUMENTOS
RES. PRUDENTE - SP.
O CELESTINO
IAL
O TONIYOSHI
SUBST.º

				ajuizada pelo INSS, 4a Vara Federal local, processo 2002.61.12.006418-02, em face da proprietária, valor da dívida: R\$223.707,74.
Fazenda Piracuma I, Pindamonhangaga - SP.	Aricanduva S/A	5.767 – CRI de Pindamonhangaba-SP.	49.092.000,00	Imóvel rural. Pendente georreferenciamento e certidão do IBAMA.
Avenida Professor Paulo Camilher Florencano, 799 - Alto do Cristo - Taubaté - SP.	Rádio e Televisão Taubaté Ltda.	35.433; 35.434; 35.435; 72.520; 72.521 – CRI de Taubaté-SP.	787.000,00	-
Rua Vicente Leporace, 309/311 - Vila Dirce - São José dos Campos - SP.	Rádio e Televisão Taubaté Ltda.	1.839 – 2º CRI de São José dos Campos-SP.	800.000,00	-
Rua Álvaro Ramos, 504, ap. 101, 102, 201, 202, 301 e 302, Rio de Janeiro - RJ.	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	9.058; 9.063; 9.068; 9.073; 9.078; 9.083 - 3º CRI do Rio de Janeiro-RJ.	5.198.000,00	[<u>Hipotecas</u> (R-19/9058, R-18/9063, R-18/9068, R-18/9073, R-19/9078 e R-18/9083)]. Consta valor de IPTU dívida ativa, com exigibilidade suspensa (exercício de 1999).

ANEXO IV



Relação de Imóveis sujeitos à Reavaliação a cada 2 (dois) anos

- Avenida Giovanni Gronchi, 7143, São Paulo – SP (matrícula nº 212.606).
- Rodovia Pindamonhangaba – Campos de Jordão, km 20, Pindamonhangaba, São Paulo – SP (matrícula nº 5.767)
- Rua Minas Gerais, 454 - Edifício Torre Paulista - Consolação - São Paulo – SP (matrículas 1369/55681/62395)
- Avenida Rebouças, 1573, 1577 e 1585 - Primeira Mão - Cerqueira César - São Paulo – SP (matrículas 21811/35437/35438/35439/35440/45646/45647/45648/45649)

ul